



# O Ideário Patrimonial O идеарио



[www.cta.ipt.pt](http://www.cta.ipt.pt)

N. 17 // dezembro 2022 // Instituto Politécnico de Tomar

#### PROPRIETÁRIO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

#### EDITORES

† Doutora Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

Doutor José d'Encarnação, Universidade de Coimbra

#### EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

#### DIVULGAÇÃO

Em Linha

#### DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar

Professor Especialista Fernando Sanchez Salvador, Instituto Politécnico de Tomar

Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

#### CONSELHO CIENTÍFICO

André Luis Ramos Soares, Professor Doutor Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Costa, Professor Catedrático Universidade de Aveiro

Carlos Cupeto, Professor Doutor Universidade de Évora

Fabio Negrino, Professor Doutor Università degli Studi di Genova

Hália Santos, Professora Doutora Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal

Luiz M. Oosterbeek, Professor Cordenador Instituto Politécnico de Tomar

Maria João Bom, Professora Doutora Instituto Politécnico de Tomar

#### DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem© | Instituto Politécnico de Tomar

#### PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1394

LATINDEX folio nº 23591

REGISTADA NA ERC nº 127733| REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autor





## Índice

<b>Editorial</b> .....	05
<b>Veículos de Comunicação sobre Arqueologia, Património e História</b>	
José d'Encarnação .....	08
<b>Quintais Urbanos: A Materialidade Evidenciada pela Arqueologia no Centro Histórico de Belém-Amazônia-Brasil</b>	
Ana Paula Claudino Gonçalves.....	19
<b>A Recuperação de uma Estrutura de Moagem Hidráulica Tradicional como Modelo de Boas Práticas para a Intervenção no Património Molinológico. O Caso do Moinho do Ribeiro (Sousela, Lousada)</b>	
Manuel Nunes, Paulo Lemos .....	42
<b>Frases Célebres em Monumentos Epigráficos</b>	
José d'Encarnação.....	72
<b>Opinião</b>	
Juan F. Gibaja .....	82
António Henriques .....	89
Cândido Ferreira .....	95
Luiz Oosterbeek .....	105
Vasco Gil Mantas.....	109

## EDITORIAL

À memória da Doutora Ana Rosa Pinto da Cruz se dedicam, naturalmente, estas primeiras palavras e, claro, também este número d’*O Ideário Patrimonial*, que ela chegou a preparar na sua quase totalidade, na medida em que era, juntamente com a *Antrope*, um dos seus ai-jesus. Que ora descanse em paz!

Tive a felicidade de com ela trabalhar e trocar opiniões no âmbito da publicação destas duas revistas, em que me concedeu a honra de colaborar, e pude, desde o primeiro momento, aperceber-me do entusiasmo e do acalorado espírito de serviço com que as encarava. Num dos textos de opinião que ora inserimos, Juan F. Gibaja chama a atenção para a importância premente de fazer circulação científica; eu próprio, ao divulgar o que se faz com as três listas archport, museum e histport, vou nessa direcção. Ambos, portanto, perfilhamos o que foi sempre o intento maior de Ana Rosa: dar a conhecer, dar a conhecer!

Após o referido texto informativo, incluímos o de Ana Paula Claudino Gonçalves, antropóloga da Universidade Federal do Pará, que nos conta da importância que, do ponto de vista arqueológico, detêm os quintais de uma cidade como Belém, no Brasil. Para o arqueólogo, o achamento de uma lixeira – pré-histórica, romana ou medieval – reveste-se sempre do maior interesse, porque os ‘detritos’ aí acumulados durante anos acabam por ser objectos culturais e ali quase por milagre se foram amontoando. Aceitámos o texto de Ana Paula – embora não chegue a dizer nada de eventuais resultados obtidos por escavações levadas a efeito nalgum dos quintais do centro histórico da referida cidade de Belém – porque nos fornece significativo conjunto de depoimentos (praticamente cada parágrafo seu é síntese, quando não mera transcrição, de um depoimento alheio), retirados de pensadores que teve ensejo de consultar e citar, acerca, nomeadamente, das

metodologias adoptadas ou a adoptar pela Arqueologia, a Antropologia e a Arquitectura. Aproveite-se, no entanto, para garantir – é mero comentário – que não pode aceitar-se a citada teoria de Fernanda Magalhães, segundo a qual o *peristylum* da *domus* romana substituiu o *hortus* e que deste tenha derivado o quintal urbano. Aguardamos, pois, que, depois de ter feito essa bem completa pesquisa bibliográfica, extenso rol de citações em jeito de introdução, Ana Paula possa vir a exemplificar o que foi encontrado, com dados concretos e trabalho pessoal.

Em contrapartida, o circunstanciado relato da recuperação do Moinho do Ribeiro (Sousela, Lousada), uma estrutura de moagem hidráulica tradicional, é não apenas, como se diz no título, um «modelo de boas práticas para a intervenção no património molinológico», mas um documento do maior interesse, muito bem estruturado e ilustrado. Atentou-se no património industrial propriamente dito, mas também no património paisagístico e, além disso, a forma esbelta e desempoeirada como tudo está descrito, cria no leitor o desejo de ir até lá, para verificar *de visu* como foi que tudo aconteceu. Um exemplo!

A inscrição de frases célebres em edifícios públicos nem sempre há sido alvo de atenção. Na verdade, a escolha que envolve essa atitude detém um significado cultural a ter em conta, um significado que vai para além da mera ostentação erudita. Impõe-se o seu estudo desse ponto de vista, até porque, amiúde, se desconhece qual foi, exactamente, a fonte original do texto, como se explicita no texto sobre a inscrição patente numa fonte em Lousada. Aliás, a esse propósito se faz aí referência a uma frase que toda a gente cita, mas cuja verdadeira autoria ainda se não logrou identificar.

Quisemos incluir, neste volume, uma secção nova, de Opinião, para acolher troca de impressões acerca da problemática patrimonial. Desta feita, Juan F. Gibaja, grande divulgador das temáticas arqueológicas, refere-se ao caminho erigido da divulgação



científica e patrimonial, a partir da sua própria experiência. Um depoimento que vale a pena ler, porque põe o dedo na ferida: a Ciência é preciso que saia para a rua! – proclama. Notável e, de certo modo, deveras reconfortante, é o testemunho exarado por António Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, onde as intervenções programadas pelo Executivo camarário nos vários domínios do Património Cultural têm resultado cabalmente, com o que muito nos congratulamos. Ao invés, Cândido Ferreira, médico nefrologista que se tem dedicado à aquisição de artefactos arqueológicos, sempre sob pena (consciente) de alguns serem reproduções, narra as suas dolorosas dificuldades perante as instituições oficiais, a justificar a pergunta com que intitula o seu depoimento «É a Arqueologia uma Ciência?». Luiz Oosterbeek, por seu turno, mostra como *O Ideário Patrimonial* se insere no 4º andamento da partitura em que a defesa e divulgação do património pode dividir-se, uma breve reflexão que faz questão em dedicar à Doutora Ana Pinto da Cruz, mentora d'*O Ideário*. Encerra o Doutor Vasco Mantas esta primeira série de «opiniões», mediante a apresentação de uma lúcida reflexão, também ela um tudo-nada desencantada, acerca do tortuoso caminho que leva, em seu entender, a investigação e, sobretudo, a prática arqueológica.

*José d'Encarnação*



# VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO SOBRE ARQUEOLOGIA, PATRIMÓNIO E HISTÓRIA

## COMMUNICATION VEHICLES ABOUT ARCHAEOLOGY, CULTURAL HERITAGE AND HISTORY

Recebido a 07 de julho de 2022  
Revisto a 20 de julho de 2022  
Aceite a 30 de julho de 2022

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra  
Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património  
Rua Eça de Queiroz, 89  
Pampilheira  
P – 2750-662 Cascais  
[jde@fl.uc.pt](mailto:jde@fl.uc.pt)



### Resumo

Explicitam-se os motivos de se haverem criado, no seio da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, três listas de informação específica: a *archport*, de temática arqueológica; a *museum*, sobre museus e património cultural em geral; e a *histport*, para divulgação e debate sobre temas da história de Portugal. Explica-se como cada uma funciona e as potencialidades que detém no respectivo âmbito.

*Palavras-chave:* Arqueologia, Museologia, História de Portugal.

### Abstract

There are, in this moment, three digital informative vehicules about Archaeology (*archport*), Museology and Cultural Heritage (*museum*) and History of Portugal (*histport*). In this essay we inform their practice and pertinence.

*Key-words:* Archaeology, Museology, Cultural Heritage, History of Portugal.

## 1. Archport

Interessado desde os primeiros anos da Faculdade pela difusão de notícias através da Internet, veículo que dava ainda, na altura, os primeiros passos (Portugal ligara-se à Internet no Outono de 1991), António José Marques da Silva meteu ombros à concretização de uma página digital sobre as gravuras de Foz Côa (<http://www.uc.pt/fozcoa>), precisamente no ano de 1996, em que se levantou a questão da sua preservação. Por ali passou de imediato tudo o que sobre o assunto se escrevia.

Tendo sentido a necessidade de manter informada a comunidade arqueológica sobre esse tema e outros, Marques da Silva arquitectou a *archport*, que passaria a estar alojada no Centro de Informática da Universidade de Coimbra (CIUC).

A ideia era deveras original: uma lista de informação, em que havia inteira liberdade de inscrição, através do endereço do correio electrónico individual. A informação enviada para o endereço da lista – actualmente, [archport@ci.uc.pt](mailto:archport@ci.uc.pt) – por um dos seus membros era automaticamente distribuída por todos e cada qual poderia, em relação a ela, trocar as impressões que julgasse de interesse.

Atendendo aos temas tratados, acertou-se que a administração da *archport*, depois de Marques da Silva ter passado a dedicar-se a outras actividades, ficasse entregue a dois membros do Instituto de Arqueologia: os doutores Maria Conceição Lopes e José d'Encarnação, que ainda hoje se mantêm em funções.

O êxito da lista *archport* pode ajuizar-se pelo número de mensagens e de membros. Já se sentiu a necessidade de guardar, periodicamente, em arquivo próprio as mensagens mais antigas. Uma consulta ao arquivo ora em uso <http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/archport/> – permite-nos afirmar que, de 2 de Janeiro de 2019 a 15 de Julho de 2022, se completaram 80 páginas e se difundiram 3980 mensagens. Nessa data de Julho, eram 1865 os membros inscritos.



Numa altura em que o alcance de uma mensagem posta na Internet se mede pelo número de visualizações, não nos podemos deixar enganar: estamos a referir-nos a 3980 mensagens que foram divulgadas instantaneamente por todos os membros inscritos, no momento em que foram incluídas na plataforma! Sem publicidade, acrescente-se; sem pedido de que se aceite isto ou aquilo.

Aliás, as duas únicas condições que existem são as seguintes para as três listas, estabelecidas no ponto 5 do Estatuto Editorial:

«As mensagens não poderão exceder 2,5 MB, salvo em casos verdadeiramente excepcionais, que serão automaticamente submetidos à apreciação dos administradores da lista. Nesse sentido, é sempre recomendável o não-recorso a anexos (nomeadamente para veicular cartazes ou programas), substituindo-os pela indicação do *e-mail* através do qual poderão ser solicitados ou do *site* a consultar.

Também não serão aceites automaticamente mensagens com muitos destinatários nem com destinatários ocultos».

Compreende-se a razão das restrições. Da primeira, para evitar «entupir» as caixas de correio, nem sempre dotadas de grande capacidade; da segunda, por uma questão de salvaguarda de identidade, pois – mesmo «ocultos» – há sempre quem logre chegar a conhecer os destinatários. E, hoje, que os endereços são pão para a boca das firmas publicitárias...

## 2. Museum

Os temas privilegiados de partilha, como o próprio nome – *archport* – indicava, centravam-se na Arqueologia Portuguesa; o êxito foi considerável, mas desde logo o Património em geral e a História Antiga tanto em Portugal como na Hispânia e no Mundo passaram a constar nas intervenções.

Aliás, em 1989, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra criara, em estreita ligação com o Centro de Estudos e Formação Autárquica, o Curso de Especialização em Assuntos Culturais no âmbito das Autarquias (CEACAA). E cerca de uma década depois, no ano lectivo de 1998-1999, abriu-se o Mestrado em Museologia e Património Cultural. Concomitantemente, os temas do Património e dos Museus passaram a estar na ordem do dia e não havia, de facto, uma plataforma de partilha de opiniões a respeito dessa problemática.

Esse facto, a par da enorme pujança que os museus portugueses nessa altura já manifestavam, levou-nos a propor o esquema que já com a *archport* estava a dar mui proveitosos resultados; ou seja: os interessados inscreviam-se como membros e passavam a gozar automaticamente da prerrogativa de poderem divulgar através da lista as suas mensagens e de as receberem todas, criando-se, desta sorte, cada vez mais ampla comunidade em torno dos mesmos interesses.

A questão levantou-se precisamente no seio dos estudantes do CEACAA, que sentiam essa lacuna. Foi levada à consideração do Eng.º João Sá Marta, do CIUC, que prontamente a acolheu, ficando na administração da *museum* dois dos alunos do Curso, Carlos Oliveira e Maria da Graça Campos e eu próprio (na qualidade de docente).

A primeira mensagem foi difundida a 19 de Dezembro de 2006.

De 2 de Janeiro de 2021 a 15 de Julho de 2022, havia no mais recente arquivo da *museum* 1211 mensagens. O número de membros nessa data era de 768.

### 3. Histport

O êxito das duas listas – mormente o da *archport* que depressa atingiu um número considerável de adesões activas! – gerou expectativa em relação a outras áreas no Grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.



Verificava-se, por exemplo, serem frequentes as iniciativas no âmbito da História de Portugal, quer a nível geral como local e regional, que passavam despercebidas e não tinham o eco que deveriam ter.

Por outro lado, bastantes das notícias que estavam já a ser veiculadas pela *archport* e pela *museum* se prendiam com esse domínio. Não hesitou, pois, Mário Rui Simões Rodrigues, brilhante aluno que se interessava, de modo especial, pela época medieval, em propor a criação de nova lista, proposta que João Sá Marta também prontamente acolheu. A primeira mensagem foi difundida a 15 de Outubro de 2008.

De 2 de Janeiro de 2020 a 15 de Julho de 2022, havia no mais recente arquivo da *histport* 2327 mensagens. O número de membros cifrava-se, nessa data, em 696.

#### 4. Reconhecimento

O êxito das listas *archport*, *museum* e *histport* pode ajuizar-se pelo referido número de mensagens e de membros. Já se sentiu a necessidade de guardar, periodicamente, em arquivo próprio de cada uma as mensagens mais antigas.

Numa altura em que o alcance de uma mensagem posta na Internet se mede pelo número de visualizações, não nos podemos deixar enganar: estamos a referir-nos a número de mensagens divulgadas instantaneamente por todos os membros inscritos, no momento em que foram postas na plataforma! Sem publicidade, acrescente-se; sem pedido de que se aceite isto ou aquilo.

Aliás, as duas únicas condições que existem são as seguintes para as três listas, estabelecidas no ponto 5 do Estatuto Editorial:

«As mensagens não poderão exceder 2,5 MB, salvo em casos verdadeiramente excepcionais, que serão automaticamente submetidos à apreciação dos administradores da lista. Nesse sentido, é sempre recomendável o não-recurso a anexos (nomeadamente

para veicular cartazes ou programas), substituindo-os pela indicação do *e-mail* através do qual poderão ser solicitados ou do *site* a consultar.

Também não serão aceites automaticamente mensagens com muitos destinatários nem com destinatários ocultos».

Compreende-se a razão das restrições. Da primeira, para evitar «entupir» as caixas de correio, nem sempre dotadas de grande capacidade; da segunda, por uma questão de salvaguarda de identidade, pois – mesmo «ocultos» – há sempre quem logre chegar a conhecer os destinatários. E, hoje, que os endereços são pão para a boca das firmas publicitárias...

Importa, pois, acentuar a diferença que há entre estas plataformas de informação específica e discussão temática e as redes sociais, os blogues e páginas semelhantes, a que só acede quem quer e quando quer e onde as opiniões pessoais prevalecem.

Congratulámo-nos, por isso, vivamente, quando, na cerimónia de atribuição dos Prémios APOM 2010, que decorreu no Museu do Oriente a 13 de Dezembro de 2010, a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) outorgou à lista *museum* o Prémio da **Melhor Comunicação On-Line**, no âmbito da temática da Museologia e do Património Cultural. Um prémio, como houve oportunidade de referir, em mensagem difundida dias depois, a 18 de Dezembro, que não galardoou especialmente os responsáveis pela *museum*, porque a lista (e isso pode afirmar-se em relação às três) «é o que os seus actuais membros entenderem e ao seu incentivo e colaboração se deve o facto de sermos um meio privilegiado de informação no mundo português da Museologia – porque nos dão esse privilégio».

E acrescentava-se, já então, o que ora se confirma:



«Raro será o museu de Portugal que dela não seja membro e que não faça questão em divulgar por este meio as suas iniciativas, na certeza de que, dessa forma, chegarão aos destinatários certos».

Na verdade, a todos os membros das listas cabe o direito de divulgarem as suas actividades e de fomentarem ou contribuírem para a discussão de temas considerados de interesse comum, sendo bem-vindas todas as informações que visem a criação de uma comunidade de interesses em torno das temáticas por cuja valorização e divulgação queremos continuar a pugnar.

De resto, apesar da sua ‘naturalidade’ portuguesa, nenhuma das listas enjeita – antes preconiza! – uma dimensão internacional, no mais amplo clima de globalização em que vivemos. Todas elas têm também membros estrangeiros. Nesse sentido, acolhem de boa vontade informações veiculadas por listas suas congéneres e vêm com agrado as suas informações (devidamente referenciada a origem) divulgadas por outras listas, salvaguardando-se sempre o que a lei estipular em termos de direitos de autor, nos casos aplicáveis.

Patrícia Remelgado, por exemplo, mantém diariamente, desde há anos, com invejável regularidade e notável eficiência, com que muito nos congratulamos, a página Pportodosmuseus, acessível em <https://www.pportodosmuseus.pt/>. Apresenta-se Pporto como «uma plataforma de informação sobre o Património Cultural e as Indústrias Criativas cujo principal objectivo é permitir aos profissionais deste sector e a outros públicos interessados, uma actualização rápida permanente sobre o que de mais importante acontece em Portugal e no estrangeiro. Iniciativas, projectos, eventos, formação, financiamentos e oportunidades de emprego, são algumas das temáticas abordadas, sempre de uma forma objectiva, clara e rigorosa». Assim é, de facto, de uma



actualidade flagrante; e não é raro que do seu noticiário amiúde nos façamos eco, na mais saudável convivência.

Iniciativas do Dia Internacional dos Museus, do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, do Dia Internacional da Criança, do Dia da Árvore e, de um modo geral, de todos os dias internacionais e, até, nacionais, são habitualmente divulgadas nas listas, assim como a apresentação de livros, a realização de conferências, de debates e reuniões científicas, apelos de vária ordem...

Além desse carácter meramente informativo, as listas têm-se feito eco das grandes problemáticas surgidas em torno da política cultural nacional. Recorde-se quanto foi escrito sobre a eventual transferência do Museu Nacional de Arqueologia para o edifício da Cordoaria Nacional; as complexas questões do Museu Nacional dos Coches; a discussão sobre os orçamentos para a Cultura, tendo-se demonstrado, amiúde, quanto os museus e os sítios arqueológicos contribuem não apenas para a formação de uma identidade (cada vez mais necessária) mas também para o equilíbrio financeiro do orçamento cultural do País. E, mais recentemente, toda a polémica em torno da necessidade de se salvaguardarem de modo eficaz os eloquentes vestígios da mesquita muçulmana identificados sob a Sé de Lisboa.

## 5. Conclusão

Em jeito de balanço, poder-se-ia afirmar que, hoje, a consulta – que é livre e gratuita – aos arquivos destas três listas, cada uma no seu sector específico (História, Arqueologia, Museologia, Património Cultural), permite tomar o pulso de grande parte da actividade que, nesses domínios, se está a desenvolver no País, porquanto as entidades promotoras fazem questão de aí a publicitar, o que representa, sem dúvida,



enorme fonte de enriquecimento mútuo, porquanto as experiências e as iniciativas de uns são inspiração e incentivo para outros.

## EXEMPLOS DE MENSAGENS

### **Informação veiculada pela *museum*, a 8 de Julho de 2022:**

O Call for Papers para o *VI Fórum Ibérico de Estudos Museológicos: Novas Perspetivas de Investigação* está aberto até dia 12 de Setembro. Junto se envia mais informação:

\*\*\*



### **VI Fórum Ibérico de Estudos Museológicos: Novas Perspetivas de Investigação** Universidade de Évora, 24 e 25 de Novembro 2022

Figura 1 – Mensagem com imagem do cartaz, veiculada pela *museum*. Fonte: *Museum*

### **Informação veiculada pela *archport*, a 15 de Julho de 2022:**

[Archport] Peça "Casina" de Plauto no Museu de Lisboa - Teatro Romano

Desde 2016 que os clássicos sobem ao palco mais antigo em Portugal. Reviver a função para a qual este monumento foi edificado, no longínquo século I da nossa era, é uma das linhas programáticas mais emblemáticas do Museu de Lisboa – Teatro Romano.

Este ano, pela primeira vez, apresentamos um autor latino, Plauto, com a sua peça *Casina*, escrita no longínquo século II a.C., uma peça licenciosa e a que maior sucesso teve na sua carreira. A história que nos relata pode ser entendida numa perspetiva atual onde a cobiça, a humilhação, a mentira e a ousadia se entrelaçam no espírito humano. Em julho somos romanos e gregos de alma e coração pois será difícil encontrar melhor cenário para reviver o passado de Lisboa.

Em cena até 23 de julho (de 4<sup>a</sup> a sábado) às 21.30h.



Figura 2 - Mensagem divulgada na archport. Fotografia: José Avelar.

ne discesseris ame.  
Intende in adiutorium meum:  
domine deus saluus mee

IV COLÓQUIO  
INTERNACIONAL

Diálogos  
Luso-  
sefarditas

TOMAR  
2022

ut non delinquam in  
osui omi meo custodie  
steret peccatos aditum  
umutui et humiliatus sum  
tonis: et color meus renouatus e

Brasão real português inscrito em estrela  
de seis pontas: século XIII. (Biblioteca Pública  
Municipal do Porto - Santa Cruz 24, fl. 39)

24-25 novembro  
Instituto Politécnico de Tomar  
Auditório Doutor José Bayolo Pacheco de Amorim

www.lusosefarditasIV.ipt.pt  
+ info: lusosefarditasIV@ipt.pt

Figura 3—Informação veiculada pela *histport*, a 5 de Julho de 2022.: Fonte: Instituto Politécnico de Tomar

**QUINTAIS URBANOS: A MATERIALIDADE  
EVIDENCIADA PELA ARQUEOLOGIA NO CENTRO  
HISTÓRICO DE BELÉM-AMAZÔNIA-BRASIL**

**URBAN BACKYARDS: THE MATERIALITY  
EVIDENCED BY ARCHAEOLOGY IN THE  
HISTORICAL CENTER OF BELÉM-AMAZÔNIA-  
BRASIL**

Recebido a 11 de janeiro de 2022  
Revisto a 20 de julho de 2022  
Aceite a 30 de julho de 2022

Ana Paula Claudino Gonçalves

Universidade Federal do Pará  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Travessa da Estrela, 3028  
66080-472, Belém, Brasil



## Resumo

Os quintais urbanos guardam evidências do consumo humano nas cidades ao longo da história, os vestígios encontrados por meio de investigação arqueológica podem revelar por meio dos fragmentos materiais e pelos restos alimentares encontrados, as práticas culturais de uma sociedade em um dado espaço e tempo. Nesse sentido, a pesquisa se propõe a debater acerca da arqueologia e antropologia no âmbito da cidade, as características dos quintais brasileiros ao longo dos séculos desde a colonização, bem como as relações de sociabilidade nos mesmos. Investiga o potencial arqueológico de um quintal de um sobrado situado no Centro Histórico de Belém, a partir dos vestígios materiais revelados nessa área que foi o núcleo inicial de formação da cidade. Destarte, a materialidade desvendada pela arqueologia contribui para a divulgação e preservação desse patrimônio arqueológico urbano.

Palavras-chave: patrimônio; quintais; arqueologia; cidade

## Abstract

Urban backyards hold evidence of what had been consumed by humans in cities throughout history. The remains found through archaeological investigation can reveal the cultural practices of a society in a given location and time, in material fragments and food remains. This research discusses archeology and anthropology within the city, the properties of Brazilian backyards over the centuries since colonization, and their social relationships. This research also explores the archaeological potential of the backyard in a two-story house located in the historic district of Belém. We examined the material remains discovered in this area, which is in the premise of the city's initial formation. Thus, archeology revealed materials that contributed to the promotion and preservation of this urban archaeological heritage.

Key-words: heritage; backyards; archeology; city



## Introdução

O patrimônio cultural está dividido em três categorias: a primeira abrange os elementos da natureza e meio ambiente; a segunda refere-se ao meio não tangível incluindo o conhecimento, as técnicas, o saber e o saber fazer; a terceira reúne os objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do conhecimento prático de fazer alguma coisa (LEMOS, 2000: 8-10).

É na terceira categoria que está incluído o patrimônio arqueológico, definido na Carta de Lausanne (2000: 2) como todo produto material encontrado na superfície, no subsolo e sob as águas e relacionado ou alusivo à memória humana. Dessa maneira, vestígios, bens e outros indícios cuja preservação permitam construir a trajetória da história da humanidade e sua relação com o ambiente serão considerados elementos do patrimônio arqueológico.

A categoria patrimônio cultural pode assumir diversos significados, com usos sociais e simbólicos e capacidade de transitar em diversos mundos sociais e culturais. Entendido como propriedade que é herdada, os bens materiais não são objetos separados dos seus proprietários, pelo contrário, são extensões destes. Os modernos discursos de patrimônio cultural têm dado ênfase ao caráter “construído” ou “inventado” do patrimônio. Este seria construído no presente por cada nação, grupo, família ou instituição, com a finalidade de articular e expressar sua identidade e sua memória (GONÇALVES, 2005: 18-19).

Ao se ocupar do estudo de artefatos, o arqueólogo estuda o comportamento humano representado por meio da cultura material (NAJJAR, 2005: 13). A palavra “artefato” pode ser usada para designar tanto objetos quanto construções ou mesmo cidades ao redor dessas. Os artefatos podem ser encarados segundo sua utilidade

imediate ou pela sua durabilidade e devem ser investigados de acordo com o contexto em que foram encontrados. No entanto, isolados de seus contextos, os artefatos são entendidos como fragmentos (LEMOS, 2000: 11-12).

A pesquisa tem por objetivo diagnosticar o potencial arqueológico de um quintal de uma residência do Centro Histórico de Belém. O plano de trabalho busca, a partir do lixo descartado nos quintais das moradias, compreender o modo de vida das pessoas que ali residiam, pois era uma prática comum, durante o período colonial, enterrar no próprio quintal o que se usava e descartava, já que não havia sistema de coleta do lixo doméstico. Entretanto, o que pode vir a ser encontrado pode não corresponder ao material descartado naquele contexto particular, mas sim à vestígios oriundos de uma lixeira coletiva da cidade.

Dessa forma, a discussão proposta insere-se no âmbito da Arqueologia Histórica, pois contempla o estudo de sítios construídos a partir da ocupação portuguesa. Ao analisar artefatos, documentos escritos, edificações e sua relação no contexto urbano, dialogamos com outras áreas do conhecimento como história, arquitetura e antropologia, apresentando, assim, um caráter multidisciplinar.

### **1. Arqueologia/Antropologia e cidade**

A cidade configura-se como uma rede dinâmica e complexa onde se desenvolvem fenômenos sociais diversos assinalados por diferentes grupos que nela habitam e circulam. Esses grupos vivenciam o espaço citadino de formas distintas atribuindo significados a pluralidade de experiências que acumulam nesse ambiente. Dessa forma, a heterogeneidade abarcada pela urbe com a multiplicidade de costumes e tradições em termos étnicos, políticos e religiosos, dentre outros, a faz evocar memórias e sensações nos sujeitos que nela estão implicados.



Reconhecidas pela Carta de Paisagem das Américas como paisagens urbanas, as cidades exigem cuidados e ações especiais para que possam cumprir sua função social acolhendo a população com dignidade, qualidade de vida e respeitando os limites impostos pela natureza (PEÑALOSA *et alii*, 2018: 6-8).

Também podemos observar a cidade como laboratório privilegiado de análise de mudança social imbuído de dinâmicas variadas que exigem constantes esforços de adaptação. É o espaço no qual se desenrola e ganha sentido a vida cotidiana e que seu uso ao longo do tempo o configura como acumulação de outros tempos e possibilidades renovadas de realização da vida (SOUZA, 2014: 25).

Tanto a arqueologia quanto a antropologia estudam as cidades, construindo, inevitavelmente, um estudo multi e interdisciplinar. No campo antropológico, a cidade passou a ser estudada de modo sistemático com a chamada Escola de Chicago no período entre 1892 e 1929, buscando apreender as diferenças socioculturais no interior das grandes cidades (COSTA, 2014: 46). Foram gerados nessa escola os enfoques iniciais sobre a cultura urbana e as práticas etnográficas em contextos urbanos, temas importantes para a antropologia (FRUGÓLI JR, 2005: 135).

A cidade pode ser vista como bem cultural. Isso ocorre quando ela apresenta três dimensões: artefato, campo de forças e representações sociais. A cidade como artefato é tratada como coisa feita, fabricada. Esse artefato é produzido no interior das relações sociais que os indivíduos desenvolvem uns com os outros. Na dimensão do campo de forças entende-se como espaço de tensões e conflitos de interesses, sendo o artefato produto desse campo de forças e ao mesmo tempo vetor que permite a reprodução do mesmo (MENESES, 2006: 36).

O espaço instituído como artefato adquire forma, função, sentido e inteligibilidade por meio das relações sociais. Desse modo, a cidade também é

representação, imagem. A imagem que os habitantes fazem da cidade ou de fragmentos dela é essencial para a prática da cidade. Logo, para entendê-la como bem cultural é preciso fazer uma análise levando em consideração, simultaneamente, as três dimensões, pois, o bem cultural tem matrizes no campo dos sentidos, da percepção, da cognição, dos valores, da memória, identidades, ideologias, expectativas, mentalidades, etc. (MENESES, 2006: 36).

Quando discutimos sobre patrimônio ambiental urbano temos como base a dimensão física da cidade, sendo por meio dos elementos materiais que lhe são conferidos os significados, e estes são criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e são descartados. Não há significados sociais sem as práticas sociais, e sem vetores materiais não há significados sociais (MENESES, 2006: 36-37).

A antropologia traz uma contribuição específica no debate sobre patrimônio cultural urbano. Lévi-Strauss em seu livro *Tristes Trópicos* qualifica a cidade como “coisa humana por excelência”, ela provém simultaneamente da natureza e da criação estética. É sujeito de cultura, indivíduo e grupo (MAGNANI, 2018: 310).

A cidade pode ser arquitetonicamente representada para os sentidos. As funções sociais da vida urbana incluindo aspectos econômicos, políticos, culturais, religiosos, da vida cotidiana no morar, do lazer, da festa, podem ser vivenciadas e percebidas como marco temporal e espacial claramente configurado (MAGNANI, 2018: 311-312).

A Arqueologia, assim como a Arquitetura trabalham com a questão do espaço estruturando-se com argumentos extraídos da Antropologia. Nas décadas de 1960 e 1970 a Arqueologia passou a abordar as questões espaciais no âmbito da relação entre territorialidade, acessibilidade aos recursos, comportamento humano, interação social, troca de informação, variabilidade tipológica e estilo da cultura material. Nos anos



subsequentes a Arqueologia se familiarizou com a abordagem estrutural tratando da complexidade das cidades sob diversos primas de análise (SOUZA, 2005: 291-293).

O fazer arqueológico no meio urbano, chamado Arqueologia Urbana, tem a cidade como campo empírico de investigação e as expressões da cultura material que nela ocorrem (TOCCHETTO, 2004: 14). Pode ser realizada uma arqueologia “na” cidade ou arqueologia “da” cidade. A primeira tem uma abordagem particularista, em que se observa o sítio arqueológico desconsiderando sua inserção no contexto urbano. A segunda apresenta um enfoque sistêmico, em que o sítio é considerado um elemento de um sistema mais amplo, passível de fornecer informações sobre esse sistema. As duas concepções não são excludentes, podendo-se partir de ambas para reflexão (AZULAI, 2018: 47; TESSARO, 2014: 207).

Essas duas abordagens também são descritas por Lima (2002: 13) que destaca o papel da arqueologia em conciliar o geral e o particular, a sociedade e o indivíduo, de modo a compreender as mudanças sociais a longo prazo. Tocchetto (2004: 14-15) relata que uma abordagem interpretativa sobre a cidade ou na cidade deve partir do princípio que as diversas manifestações arqueológicas se inter-relacionam à dinâmica da vida urbana, sendo componentes de um todo mais amplo e interconectado, em que as áreas periféricas devem ser incluídas ao centro urbano pois há vínculos espaciais entre ambos no que diz respeito ao uso e ocupação do solo, transporte e comunicação.

No Brasil, a arqueologia começou a debater a questão urbana nos anos 1970 quando estavam em consolidação no país a Antropologia e a Sociologia urbanas. Mas, ainda incipiente, seguiu visões preservacionistas e empiristas, posteriormente, seus estudos pautaram-se no reconhecimento da cidade como produto histórico-cultural humano, representando o trabalho materializado e acumulado ao longo de um processo histórico de sucessivas gerações que revelam ações passadas (SOUZA, 2014: 24 -25).

Constitui-se como princípios básicos a serem investigados arqueologicamente na formação dos espaços urbanos, o traçado e a forma da cidade, planejamento e execução urbana e dinâmicas sociais da vida cidadina. O estudo da morfologia urbana consiste na descrição dos espaços físicos, formais e funcionais do ambiente construído, tais como desenho da planta, materiais construtivos e estilos arquitetônicos, uso das edificações e espaços (COSTA, 2014: 60-61).

Giovannoni ao tratar da figura historial aponta que nas cidades antigas há uma dualidade entre repouso e movimento. O primeiro, representado pelos espaços domésticos e o segundo pelo ritmo frenético e vertiginoso da área urbana. Os centros, os bairros e os conjuntos de quarteirões antigos podem funcionar como unidades da vida cotidiana e, da mesma forma que os monumentos, são portadores de valores artísticos, históricos, pedagógico e de estímulo (CHOAY, 2006: 196-198).

A arquitetura expressa funções utilitárias e simbólicas e pode ser estudada como campo potencial de informação da antropologia. A construção e organização espacial das residências familiares fornecem informações relevantes da sociedade a qual pertencem, considerando que as pessoas constroem seu entorno físico através das práticas cotidianas (ZARANKIN, 1999: 245-246).

No contexto urbano ocorre a predominância de sítios pós-coloniais, apresentando-se em menor quantidade a existência de sítios pré-coloniais. Os primeiros são estudados no âmbito da Arqueologia Histórica, a qual investiga hábitos, costumes e mentalidades que se estabeleceram no território brasileiro a partir da colonização portuguesa. Embora já fossem realizados trabalhos nesse campo desde o primeiro quartel do século XX, seu estabelecimento formal ocorre apenas no início dos anos 1960. As pesquisas nesse momento se dedicavam aos marcos da arquitetura colonial,



principalmente igrejas, conventos e fortificações nordestinas e sulistas, com foco no restauro dessas edificações (TESSARO, 2014: 206-208).

A ampliação dos estudos para contextos particulares não monumentais, como residências partindo da análise de lixeiras domésticas pode ser encontrado em trabalhos acadêmicos, como por exemplo, o realizado em residências de Porto Alegre, em 2004, por Fernanda Tocchetto. Ao estudar residências oitocentistas porto-alegrenses, a autora descobriu uma relação entre os materiais encontrados e os discursos e práticas marcados pelas influências europeizantes, apropriadas e adaptadas ou mesmo refutadas, às particularidades locais por determinados segmentos sociais. A partir das peças recuperadas das lixeiras domésticas, entre louças e vidros, foi possível interpretar as práticas cotidianas dos residentes das casas analisadas (TOCCHETTO, 2004: 5).

Outro exemplo é a pesquisa sobre os fundos do Solar Lopo Gonçalves, sede do Museu Joaquim José Felizardo de Porto Alegre, que era usado por seus moradores para descarte de lixo doméstico nos séculos XIX e XX. Louças cerâmicas, vidros, metais e ossos eram descartados e enterrados no quintal da habitação revelando uma rotina de uso contínuo na residência (SIMANSKI, 1997: 91; FRAGA, 2017: 247-252).

## **2. Quintais Urbanos – história, sociabilidade e arqueologia**

Inseridos nos contextos particulares, os quintais urbanos são áreas comumente usadas como lixeiras domésticas para descarte de materiais, que ainda apresentam escassos estudos do ponto de vista arqueológico, a literatura existente trata do tema no âmbito da história, arquitetura e relações sociais desses espaços. Apesar do uso contínuo e intenso do solo urbano por aterros, construções, demolições, reformas de estruturas

arquitetônicas, entre outros, na superfície e no subsolo ainda encontramos uma quantia apreciável de patrimônio arqueológico preservada.

Possíveis depósitos de materiais arqueológicos, os quintais guardam em seu solo vestígios materiais que evocam memórias dos hábitos da vida privada dos moradores podendo revelar as relações existentes entre os sujeitos que ali viveram, sejam eles opressores ou oprimidos.

A provável origem dos quintais urbanos remonta à *domus*, habitações romanas que, segundo Magalhães (2013: 54-55), possuíam ao fundo do lote um pátio aberto rodeado por colunas denominado *perystilum*. Nele havia um jardim onde eram cultivadas flores e ervas, podendo existir tanques e fontes. Essa área foi introduzida na *domus* a partir do final do século III a.C. e início do século II a.C., substituindo o *hortus*.

No Brasil, a necessidade de instalação de casas amplas com quintais foi prevista pelos colonizadores portugueses nas Cartas Régias, a quais ditavam princípios a serem obedecidos na fundação de vilas, concessão de lotes e construção de casas (TOURINHO E SILVA, 2016: 638).

De acordo com Delphim (2005: 14) o hábito de cultivar pomares com árvores frutíferas e áreas para criação de animais nos séculos XVI, XVII e XVIII no Brasil deu origem ao quintal, definido pelo autor como pequeno terreno atrás da casa para cultivo de jardim ou horta. Reis Filho (1978: 30) também aponta a presença de pomares em casas urbanas, cultivo de legumes e criação de aves e porcos como forma de solucionar em parte o problema de abastecimento de alimentos nas cidades.

Espaços de convivência do cotidiano da vida doméstica, os quintais na Bahia do século XIX ficavam longe dos olhares de transeuntes, mas expostos à curiosidade dos



vizinhos, deixando expostas a intimidade dos lares pelos fundos da casa, de quintal para quintal. Tanto os casebres mais modestos quanto os ilustres palacetes dispunham de um corredor estreito e escuro desde a porta de entrada até o quintal, sendo que o tamanho deste variava conforme a importância da moradia e situava-se sempre após a cozinha. O conjunto dos quintais formava, em cada quadra, um espaço relativamente verde, visto abrigar pomares ou jardins (MATTOSO, 1992: 446).

Holthe (2002: 164-165) relata sobre essas realidades, usos e vivências nos quintais urbanos de Salvador do século XIX, segundo o autor, era nesse ambiente que os objetos da casa como móveis, baús e colchões eram higienizados para retirada de poeira e insetos. Funcionando como zona de serviços domésticos, o quintal possuía entrada independente da estrutura da casa, com portões instalados em seus muros e cercas para que os escravos transitassem sem importunar as famílias.

Era comum os quintais soteropolitanos desse período abrigarem cozinhas externas às residências, usadas para o preparo de quitutes vendidos pelos escravos pelas ruas da cidade. Cobertos por telheiros, os quintais, principalmente das casas térreas, abrigavam quartos destinados aos escravos. Nas residências mais humildes, os quartos erguidos nos quintais eram alugados (HOLTHE, 2002: 173).

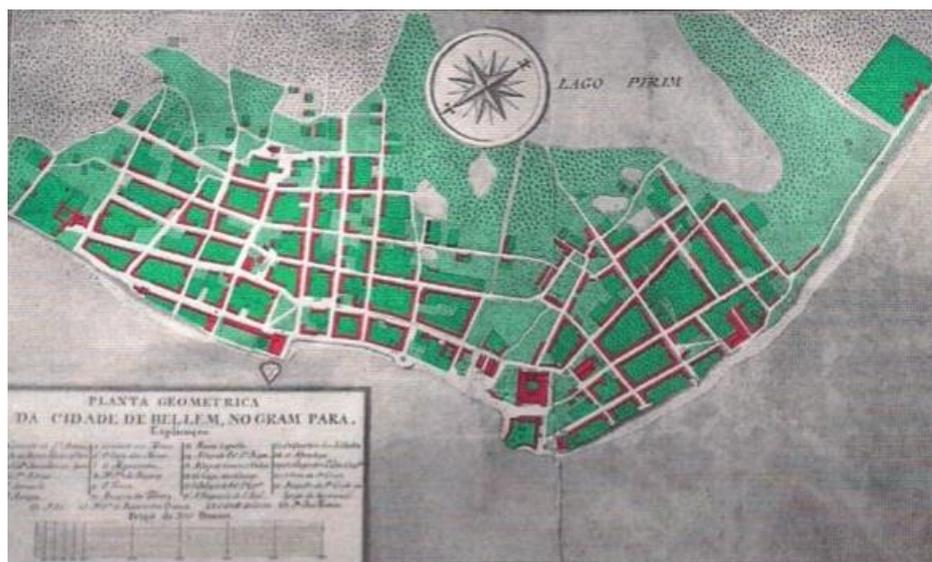
O quintal faz parte de um determinado cenário doméstico a partir dos usos que diversos grupos sociais fazem dele. E, considerando que por muito tempo as manifestações negras foram perseguidas nos espaços públicos, os praticantes adaptavam aos espaços domésticos suas expressões artístico-culturais como maneira de resistência e preservação de suas culturas. Assim, os fundos, ou seja, os quintais, tornavam-se abrigos para essas manifestações (MENDES, 2012: 35-36).

No contexto amazônico, em Belém-PA, é possível observar a manifestação de áreas verdes ao redor de edificações desde a primeira representação conhecida da cidade



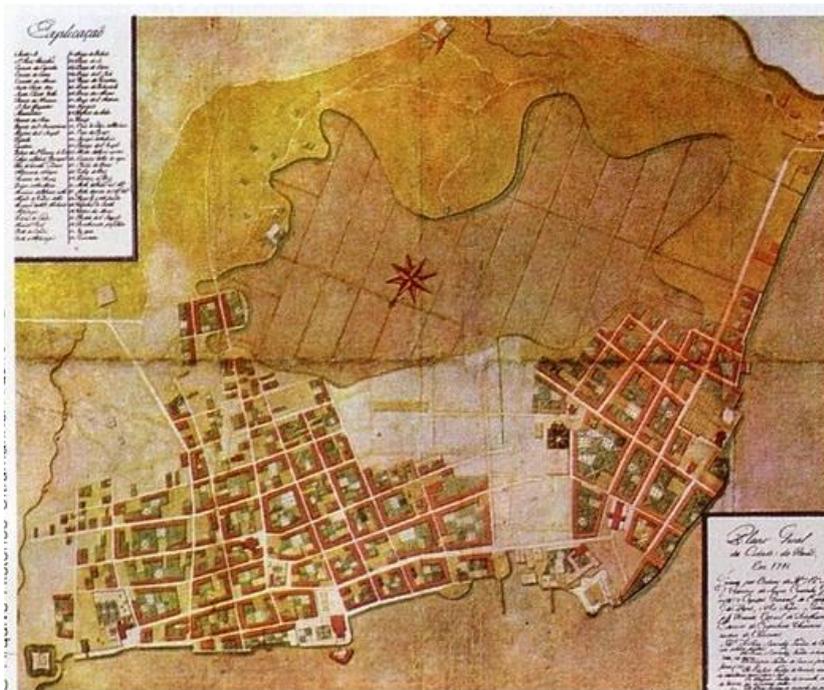
datada de 1640. Nos primeiros núcleos urbanos da capital, no bairro chamado de “Cidade” (atual Cidade Velha) e, no bairro da Campina, considerada a “Cidade Nova”, aparecem vegetações no interior dos quarteirões e atrás e defronte de algumas residências.

Em análise de plantas de Belém levantadas entre 1751 e 1753 observa-se uma relação entre a estrutura da malha urbana e a ocupação dos lotes. Em todas as plantas existem as áreas ocupadas em cada quadra com a demarcação das frentes edificadas e as zonas de quintal. A planta de 1758 do alemão Schwebel (vd. Figura 1.) indica na cor verde a vegetação dos quintais e a vegetação das zonas não ocupadas (ARAÚJO, 1998: 216 -225).



**Figura 1.** Planta geométrica da cidade de Belém do Pará, coleção de Schwebel, 1758. **Fonte:** ARAÚJO, 1998: 227.

Em 1791, o engenheiro T. Constantino Chermont desenhou a planta da cidade (vd. Figura 2.) com as quadras já consolidadas, aparecendo as áreas verdes dos quintais e as edificações (em laranja) no alinhamento do lote.



**Figura 2.** Planta da cidade de Belém, 1791. **Fonte:** <https://journals.openedition.org/confins/10074>

Os quintais da cidade também foram descritos nos relatos dos viajantes que aqui estiveram, como os naturalistas ingleses Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace. Residindo na capital no ano de 1948 em rocinhas (casas de campo) na estrada de Nazaré, área periférica da cidade nesse período, relataram sobre os quintais das residências em que ficaram hospedados (CRUZ, 1971: 37- 45).

Bates descreve: “o quintal, que parecia recentemente roubado à floresta, era plantado de árvores frutíferas e de pequenos trechos com roças de café e mandioca”. Wallace apontou a presença de laranjeiras, sapotilheiras, abricozeiros e um vasto cafezal, tudo, cuidado por negros que moravam nos arredores da construção. Ele também fez menção a terrenos e quintais de outras rocinhas como brejos, capinzais ou pomares, havendo em alguns, pequenos jardins mal cuidados com espécies europeias em vez de plantas locais (CRUZ, 1971: 37-45).

### **3. O quintal de um sobrado no Centro Histórico de Belém: materialidade revelada pela investigação arqueológica**

O espaço é um meio de discriminar valores e quando está atrelado ao processo cultural, suas divisões carregam significados. Destarte, são categorias conceituais: casa, tamanho, lado da rua, a distância de outros centros, limites espaciais. Todos permitem conjuntos de marcações dentro de um referencial de espaço e de tempo (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2009: 114).

Quando as relações sociais são criadas, reproduzidas e transformadas, o ambiente construído é utilizado como reforço às relações de poder, autoridade e desigualdade, assim como também funciona como resistência a elas. Desse modo, facilita atividades e movimentos de alguns indivíduos e dificulta os de outros (SOUZA, 2005: 297).

Na segunda metade do século XVIII, o espaço urbano do atual Centro Histórico de Belém era palco de representação de tensões sociopolíticas da cidade. A zona principal do núcleo urbano era dotada de atributos simbólicos ligados ao poder, sendo os terrenos situados nessa área disputados pelos missionários e pela administração pombalina na Amazônia (ARAÚJO, 1998: 204).

O Centro Histórico de Belém passou por recuperação no âmbito do Projeto Feliz Lusitânia entre 1997 e 2002, sendo verificado o potencial arqueológico da área. Em pesquisas realizadas no Forte do Castelo e na Casa das Onze Janelas foram encontrados fragmentos de cerâmica indígena e materiais de origem europeia expostos no Museu do Encontro, construído no interior do Forte (ANGELO, 2013: 129). No entanto, as pesquisas em residências situadas nessa área, ainda são escassas no âmbito da arqueologia, a maioria dos estudos estão concentrados nos monumentos religiosos e militares.



E é em um sobrado localizado na Ladeira do Castelo, n.16, situada ao lado do Forte, no Centro Histórico de Belém (vd. Figura 3), que vem sendo desenvolvidas pesquisas a partir dos fragmentos materiais encontrados nos fundos dessa residência em 2014, oriundo de um projeto de salvamento arqueológico, visto que a residência esteve passando por obra de reforma e restauro para abrigar o Albergue do estudante da Universidade Federal do Pará.



**Figura 3.** Sobrado n.16, localizado na Ladeira do Castelo. **Fonte:** Autora, 2021.

Por possuírem dois ou mais pavimentos e apresentarem, por vezes, maior largura e grande número de aberturas se comparados às casas térreas, os sobrados representam maior poder econômico dos proprietários. Nessas construções, o térreo não é pavimentado e se destina ao comércio ou à senzala, ao depósito, às cavalariças. A parte superior era reservada à moradia das famílias (BRAGA, 2006: 129).

Durante as obras foram encontrados diversos vestígios na área externa ao casario. Tais artefatos produzidos em cerâmica, incluindo faianças, além de vidros,

metais e ossos. Todos foram higienizados, registrados e analisados em laboratório por meio de roteiro específico para cada grupo.

Com um estudo aprofundado acerca desses vestígios materiais podemos recuperar evidências relacionadas ao consumo e socialização dos moradores do sobrado ou mesmo descobrir evidências de uma possível lixeira coletiva da cidade. Pois, conforme Costa (2014: 63), as lixeiras particulares, dos quintais ou abaixo de construções mais modernas, revelam por meio dos artefatos, a individualidade de um determinado grupo doméstico ou familiar.

Temos assim, a possibilidade de recuperar o que foi parcamente registrado nos documentos sobre essa localidade, visto que muitos relatos escapam desses registros que desconsideram muitas coisas que são aparentemente pouco importantes da vida diária, mais que estão associadas a processos mais amplos. Assim, o estudo da cultura material nos traz a possibilidade de nos conectarmos com o que as pessoas pensam e acreditam dentro dos processos históricos de curta, média e longa duração (LIMA, 2002: 13).

Na concepção ocidental, casa e arquitetura são definidas por suas formas técnicas ou utilitárias, forma estética e estilo. Quando tratamos da materialidade de objetos e espaços, estes não funcionam apenas como suportes, mas também como meios de produção de formas de autoconsciência individual e coletiva. Do ponto de vista de alguns autores, os objetos materiais tem poder de agência, sendo capazes de desencadear efeitos na vida social (GONÇALVES, 2015: 222).

Nos debates da arqueologia contemporânea tem sido mostrada a influência da cultura material na sociedade, evidenciando a relação entre sujeito e objeto. Lidando com os aspectos tangíveis e concretos da produção humana, a cultura material desempenha papel ativo nos sistemas socioculturais, logo, os objetos não são meramente passivos (LIMA, 2011: 21).



Os Estudos de Cultura Material ultrapassam a Arqueologia e compõe na atualidade um campo muito mais amplo e transdisciplinar que pesquisa a produção material da humanidade do passado e do presente. Voltada para todos os aspectos das relações entre o material e o social, exploram reflexões sobre o papel da materialidade nas sociedades humanas (LIMA, 2011: 12).

O espaço e os objetos participam ativamente de um processo de comunicação não apenas por serem consumidos, mas porque esse consumo implica um domínio prático ou explícito de um código de significados sociais, no qual a cultura material assume sua configuração e atua (SOUZA, 2005: 297)

Nesse sentido, o universo de possibilidades de temáticas que podem ser exploradas sobre os quintais nos permite abrir um leque de reflexões para questões da vida cotidiana que nos passam despercebidas, mas que guardam nesses espaços domésticos práticas culturais ou atividades habituais do dia-a-dia de grupos sociais diversos, marcando vivências que podem resistir ao tempo mantendo e ressignificando as relações estabelecidas entre os envolvidos.

### **Considerações finais**

Conforme exposto, os quintais estão inseridos na área urbana central de Belém desde os primeiros anos de sua fundação e apareceram na periferia da cidade conforme a expansão da mesma. Fazem parte do cotidiano da população que habitava desde as residências mais simples, até as casas de campo das famílias mais abastadas, sendo apreciados pelos relatos dos viajantes que aqui se hospedavam.



O estudo arqueológico dos quintais do Centro Histórico de Belém nos permite recriar nossa história e desvendar a rede de significados e relações estabelecidas entre os sujeitos que ali viveram a partir da fundação da cidade ou mesmo anteriormente à chegada dos portugueses.

### Referências bibliográficas

Angelo, Helder Bruno Palheta - A arqueologia histórica no Museu Paraense Emílio Goeldi. **Revista de Arqueologia Pública** [Em linha]. Vol 7. n° [2]8 (2013), p. 119 -134. [Consult. 10 set. 2021]. Disponível na [www:<URL:https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635697 >](http://www.<URL:https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635697 >). ISSN 2237-8294.

Araujo, Renata M. de - **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2. ed. Porto: FAUP, 1998. ISBN 978-972-9483-34-9.

Azulai, Luciana Cristina de Oliveira - **Percepções sobre cultura material e sítio histórico urbano na cidade de Belém-PA: o caso do Museu da UFPA e sua coleção de arqueologia urbana** [Em linha]. Março 2018. Dissertação de Mestrado em Antropologia orientado por Diogo Menezes Costa. Acessível em PPGA, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Belém, Brasil. [Consult. 09 set. 2021]. Disponível na [www:<URL:https://ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es%202018/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_LUCIANA%20AZULAI\\_2018\\_VERS%C3%83O%20FIN](http://www:<URL:https://ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es%202018/DISSERTA%C3%87%C3%83O_LUCIANA%20AZULAI_2018_VERS%C3%83O%20FINAL.pdf >)  
[AL.pdf >](http://www:<URL:https://ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es%202018/DISSERTA%C3%87%C3%83O_LUCIANA%20AZULAI_2018_VERS%C3%83O%20FINAL.pdf >).

Braga, Ana Cristina Lopes – Arquitetura civil do período colonial no Brasil – o casario da rua Padre Champagnat em Belém do Pará. In: **Feliz Lusitânia/Forte do**



**Presépio - Casa das Onze Janelas – Casario da Rua Padre Champagnat.** 1 ed.

Belém: SECULT, 2006. ISBN 85-7313-059-8.

**Carta de Lausanne** [Em linha]. [Consult. 13 set. 2021]. Disponível em  
www:<URL:  
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>>

Choay, Françoise - **A Alegoria do patrimônio.** 4. ed. São Paulo: Estação  
Liberdade/ UNESP, 2006. ISBN 978-85-7448-030-5.

Costa, Diogo Menezes - O urbano e a arqueologia: uma fronteira  
transdisciplinar. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**  
[Em linha]. Vol. 8, nº 2 (2014), p. 46-71. [Consult. 13 jul. 2021]. Disponível na  
www:<URL: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11832> >. ISSN  
1981-5875.

Cruz, Ernesto - **As Edificações de Belém: 1783-1911.** 1. ed. Belém: Conselho  
Estadual de Cultura, 1971.

Delphim, Carlos F. de M - **Intervenções em jardins históricos: manual.** 1. ed.  
Brasília: IPHAN, 2005. ISBN 1580123922353.

Douglas, Mary; ISHERWOOD, Baron - **O mundo dos bens: para uma  
antropologia do consumo.** 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. ISBN 978-85-71-08373-  
8.

Fraga, Rodrigo Garcia - As Lixeiras Domésticas do Solar Lopo Gonçalves e a  
Cultura Material do Século XX. **Revista Expedições: Teoria da História e  
Historiografia** [Em linha]. Vol. 8, nº 2 (2017), p. 245-268. [Consult. 12 jul. 2021].  
Disponível na www:<URL:  
[https://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth/article/view/5589](https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/5589)>. ISSN 2179-6386.

Frúgoli Jr, Heitor - O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia** [Em linha]. Vol. 48, nº 1 (2005), p. 133-165.

[Consult. 12 jul. 2021]. Disponível na www:<URL:

<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27205> >. ISSN 1678-9857.

Gonçalves, José Reginaldo Santos - O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos** [Em linha]. Vol. 28, nº 55 (2015), p. 211-228.

[Consult. 16 set. 2021]. Disponível na www:<URL:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/55761> >. ISSN 2178-1494.

Gonçalves, José Reginaldo Santos - Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos** [Em linha]. Vol. 11, nº 23 (2005), p. 15-36. [Consult. 15 set. 2021]. Disponível na www:<URL:

<https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbsDBzSM33NZcG/?lang=pt> >. ISSN 1806-9983.

Holthe, Jan Maurício Oliveira Van - **Quintais urbanos de Salvador: realidades, usos e vivências no século XIX** [Em linha]. Agosto 2002. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo orientado por Odete Dourado. Acessível em Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil. [Consult. 11 jul. 2021]. Disponível na www:<URL: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12504> >.

Lemos, Carlos - **O que é Patrimônio Histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. ISBN 978-85-11-00046-7.

Lima, Tânia Andrade - Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas** [Em linha]. Vol. 6, nº 1 (2011), p. 11-23. [Consult. 11 jul. 2021]. Disponível na www:<URL:



<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/899PQPGsVV5WGXNyxXqzhwc/?lang=pt> >.

ISSN 1981-8122.

Lima, Tânia Andrade - Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-Americanos** [Em linha]. Vol. 28, nº2 (2002), p. 7-23. [Consult. 9 jul. 2021]. Disponível na www:<URL:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23799/0> >.

ISSN 0101-4064.

Magalhães, Fernanda - As zonas residenciais de circulação e de representação das domus de Bracara Augusta. **Revista Estudios Humanísticos Historia** [Em linha]. nº 12 (2013), p. 39-63. [Consult. 8 jul. 2021]. Disponível na www:<URL:

<http://revpubli.unileon.es/ojs/index.php/EEHHHistoria/article/view/958> >. ISSN 1696-0300.

Magnani, José G. C - Patrimônio cultural urbano, “de perto e de dentro”: uma aproximação etnográfica. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** [Em linha]. nº 37 (2018), p. 307-329. [Consult. 30 ago. 2021]. Disponível na www:<URL: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista\\_patrimonio37.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_patrimonio37.pdf) >. ISSN 0102-2571.

Mattoso, Kátia M. de Q. - **Bahia século XIX: uma província no Império**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. ISBN 8520903970.

Mendes, Lorena Alves - **Quintais de Axé: Entre o Doméstico e o Sagrado. Uma Etnografia sobre o uso de quintais de terreiros afro-religiosos em Curuçá/PA**. 2012. 42 f. Acessível na Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.

Meneses, Ulpiano B. de - A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano [Em linha]. In: **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006. [Consult. 21

set. 2021]. Disponível na [www<URL:](#)

<https://patrimonioconservacao.files.wordpress.com/2017/11/a-cidade-como-bem-cultural-ulpianoledobezerra.pdf> >. ISBN 8599542028.

Najjar, Rosana - **Arqueologia Histórica: manual**. 1. ed. Brasília: IPHAN, 2005. ISBN 1580126958717.

Peñalosa, Raquel [et. al.] - **Carta del Paisaje de las Américas**. Seminario de Cultura Mexicana. Cidade do México, 2018. [Consult. 23 set 2021]. Disponível na [www:<URL:](#)

[https://www.ufpe.br/documents/39726/0/08.Carta+de+las+Americas\\_final\\_12.pdf/1c7926b7-4667-4bee-ae7b-fce008af9f9b](https://www.ufpe.br/documents/39726/0/08.Carta+de+las+Americas_final_12.pdf/1c7926b7-4667-4bee-ae7b-fce008af9f9b) >.

Reis Filho, Nestor Goulart - **Quadro da arquitetura no Brasil**. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. ISBN 978-8527301138.

Souza, Ana Cristina de - Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. **Habitus** [Em linha]. Vol.3, n° 2 (2005), p. 291-300. [Consult. 19 jul. 2021]. Disponível na [www:<URL:](#)

<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/60> >. ISSN 1983-7798.

Souza, Rafael de Abreu e - Arqueologia na metrópole paulistana. **Habitus** [Em linha]. Vol.12, n° 1 (2014), p. 23-44. [Consult. 15 jul. 2021]. Disponível na [www:<URL: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/3925>](#). ISSN 1983-7798.

Symansky, Luís Claudio Pereira - **Grupos domésticos e comportamento de consumo em Porto Alegre no século XIX: o Solar Lopo Gonçalves** [Em linha]. Março 1997. Dissertação de Mestrado em História orientado por Arno Alvarez Kern. Acessível em Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto alegre, Brasil. [Consult. 01 out. 2021]. Disponível na [www:<URL:](#)



[https://www.academia.edu/3068985/Grupos\\_Dom%C3%A9sticos\\_e\\_Comportamento\\_de\\_Consumo\\_em\\_Porto\\_Alegre\\_no\\_S%C3%A9culo\\_XIX\\_O\\_Solar\\_Lopo\\_Gon%C3%A7alves](https://www.academia.edu/3068985/Grupos_Dom%C3%A9sticos_e_Comportamento_de_Consumo_em_Porto_Alegre_no_S%C3%A9culo_XIX_O_Solar_Lopo_Gon%C3%A7alves) >.

Tessaro, Piero A. B - A garrafa que deixou de ser: arqueologia com a cidade e musealização. **Revista de Arqueologia** [Em linha]. Vol. 26, n° 2 (2014), p. 201-216. [Consult. 31 ago. 2021]. Disponível na www:<URL: <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/389> >. ISSN 1982-1999.

Tocchetto, Fernanda Bordin - **Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista** [Em linha]. Janeiro 2004. Tese de Doutorado em História orientado por Arno Alvarez Kern. Acessível em Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto alegre, Brasil. [Consult. 05 out. 2021]. Disponível na www:<URL: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-34914/fica-dentro-ou-joga-fora-sobre-praticas-cotidianas-em-unidades-domesticas-na-porto-alegre-oitocentista> >.

Tourinho, Helena L. Z; SILVA, Maria G. C. A. da - Quintais urbanos: funções e papéis na casa brasileira e amazônica. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas** [Em linha] Vol. 11, n° 3 (2016), p. 633-651. [Consult. 10 jul. 2021]. Disponível na www:<URL: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/h5ZctxMyGgPxrtZfnLYwSHy/abstract/?lang=pt#:~:text=Resumo-Resumo,%C3%A0s%20resid%C3%A2ncias%20chamados%20de%20quintais> >. ISSN 1981-8122.

Zarankin, Andrés - Casa tomada: Sistema, poder y vivienda doméstica. In: **Sed Non Satiata: Teoría social en la arqueología latinoamericana contemporânea**. Buenos Aires: Del Tridente, 1999. ISBN 978-9879295144.



**A RECUPERAÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE  
MOAGEM HIDRÁULICA TRADICIONAL COMO  
MODELO DE BOAS PRÁTICAS PARA A  
INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO  
MOLINOLÓGICO.  
O CASO DO MOINHO DO RIBEIRO (SOUSELA,  
LOUSADA)**

**THE RECOVERY OF A TRADITIONAL HYDRAULIC  
GRILLING STRUCTURE AS A MODEL OF GOOD  
PRACTICES FOR INTERVENTION IN THE  
MOLINOLOGICAL HERITAGE.  
THE CASE OF MOINHO DO RIBEIRO (SOUSELA,  
LOUSADA)**

Recebido a 12 de julho de 2022  
Revisto a 14 de julho de 2022  
Aceite a 2 de setembro de 2022

**Manuel Nunes**  
Arqueólogo. Projeto *MUNHOS*  
[Manuel.Nunes@cm-lousada.pt](mailto:Manuel.Nunes@cm-lousada.pt)

**Paulo Lemos**  
Arqueólogo. Projeto *MUNHOS*  
[paplemos@gmail.com](mailto:paplemos@gmail.com)



## Resumo

A recuperação de estruturas molinológicas hidráulicas é um processo especializado e de execução demorada. O propósito deste artigo é apresentar, a partir de um caso de estudo que resultou do restauro integral do Moinho do Ribeiro, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Lousada, uma proposta de modelo de boas práticas. Esta, destina-se não apenas às questões relacionadas com a recuperação das estruturas moageiras propriamente ditas, mas também da sua envolvente, quer paisagística, quer ambiental, mormente no que ao ecossistema ribeirinho diz respeito.

*Palavras chave:* Lousada, Moinho do Ribeiro, restauro, boas práticas.

## Abstract

The restoration of hydraulic mollinological structures is a specialized and time-consuming process. The purpose of this article is to present, from a case study that resulted from the comprehensive restoration of Moinho do Ribeiro, owned by Santa Casa da Misericórdia de Lousada, a proposed model of good practice. This is intended not only to issues related to the recovery of the mill structures themselves, but also their surroundings, both landscape and environment, especially concerning the riverine ecosystem.

*Keywords:* Lousada; Moinho do Ribeiro; restoration; good practice.

## 1. Introdução

No início de 2016 a Santa Casa da Misericórdia de Lousada manifestou junto dos subscritores deste artigo o intento de proceder a trabalhos de restauro e revitalização do Moinho do Ribeiro, localizado no lugar do Ribeiro, freguesia de Sousela, concelho de Lousada (41° 17' 25,12" N / 08° 18' 25,45" O). Trata-se de um moinho hidráulico cujo estado de degradação e inoperacionalidade, bem como a inclusão de materiais estranhos ao fundo tecnológico local, determinou, à data, o desenho de uma intervenção que previa alterações de fundo com vista a uma recuperação integral e à reposição da traça original do edificado.

Deste modo, o projeto de execução contemplaria um acompanhamento permanente de todas as ações de desmonte e de restauro/reconstrução no intuito de assegurar um resultado assente em adequados fundamentos técnicos e boas práticas de valorização patrimonial. (Figuras 1 e 2)

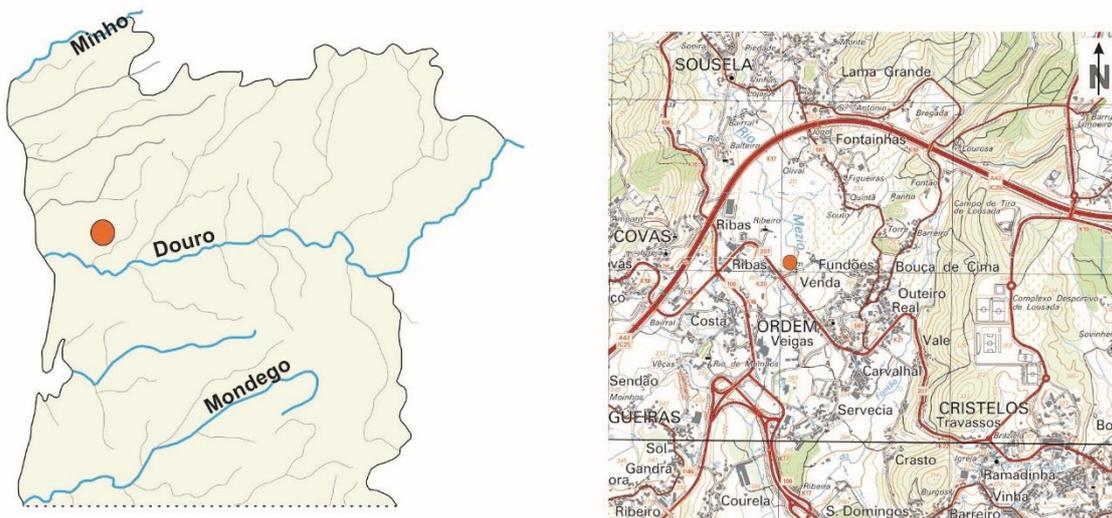


Figura 1 – Localização do Moinho do Ribeiro. Fonte: Autores



Figura 2 – Perspetiva aérea do Moinho do Ribeiro após as ações de limpeza da vegetação. Fonte: Autores

Sendo intenção da Santa Casa da Misericórdia de Lousada converter o moinho num polo de fruição histórico-cultural, integrado na Casa do Ribeiro<sup>1</sup>, ela própria, à data, em processo de restauro arquitetónico, a sua recuperação, bem como da envolvente, ditou um desafio técnico relativamente complexo e alargado.

A intervenção teve início em fevereiro de 2016 com a plantação de cerca de 700 árvores e arbustos de espécies autóctones ao longo da margem direita do rio Mezio com o fito de repor a galeria ripícola e renaturalizar as suas margens. As obras de restauro do moinho e das estruturas associadas (levada, açude, calçada, presa e reposição do marco de propriedade) iniciaram-se a 8 de setembro de 2016 e foram concluídas a 18 de maio de 2018.

---

<sup>2</sup> Trata-se de um solar com capela, globalmente datado do início do século XIX, embora de fundação quinhentista, que em 1828 era propriedade de Firmino de Sousa Meneses Coelho Ribeiro, Alferes de Milícia do Regimento de Aguiar de Sousa.

## 2. O moinho

O Moinho do Ribeiro, inventariado pelos subscritores em 2011 no âmbito do Projeto *MUNHOS* (Nunes & Lemos, 2013, p. 106)<sup>3</sup>, enquadra-se na tipologia dos moinhos de roda horizontal, neste caso de *rodízio* de *tacos* fixo à *pela* ou *árvore*, como é designado localmente o eixo onde se fixa a roda hidráulica propulsora (Oliveira, Galhano & Pereira, 1983, p. 97).

A moagem em apreço, implantada na margem direita do rio Mezio possui planta retangular (7,29 m<sup>2</sup>), com eixo orientado no sentido este/oeste e cobertura de duas águas. A sua reduzida dimensão apenas permitiu alojar uma única moenda que, à época do inventário, apresentava os mecanismos motor e de moagem completos, embora inoperacionais.

Apesar do regular estado do edifício a estrutura mostrava reformulações recentes ostentando a utilização de materiais de construção desadequados ao quadro arquitetónico, como blocos de cimento, placas de lusalite e cimento. Ainda assim, o aparelho, de parede simples em perpianho de granito rebocado e caiado mantinha-se como elemento estruturante da arquitetura da moagem. (Figura 3)

---

<sup>3</sup> O Projeto *MUNHOS* decorreu entre 2011 e 2021 e permitiu o inventário (localização e caracterização) de 242 estruturas tradicionais de moagem hidráulica de cereais (moinhos de água e azenhas) existentes no concelho de Lousada.



Figura 3 – Alçado sudoeste do Moinho do Ribeiro com destaque para o *cubo* que funciona como plataforma de acesso entre a *levada* e o moinho. Fonte: Autores

Do ponto de vista arquitetónico a moagem exhibia dois elementos distintivos e *sui generis* no contexto molinológico da bacia do Mezio (Nunes & Lemos, 2016, pp. 273-278): a utilização do cubo tubular quadrangular em granito como pátio de acesso ao piso de moagem sobrelevando-o em relação à cota de circulação e a estruturação do piso motor sob quatro apoios à laia de colunas quadrangulares. O intento, neste último caso, seria o de manter o mecanismo motor à vista e facilmente acessível.

Quanto ao sistema de condução de água, composto por levada que começa por ser de nível e acaba a uma cota sobrelevada, apresentava-se em mau estado de conservação. O sistema de captação de água é constituído por um açude alto, reto e

oblíquo, integralmente construído em pedra. (Figura 4)



Figura 4 – Aspeto do açude do Moinho do Ribeiro no rio Mezio antes da recuperação da envolvente.  
Fonte: Autores

Finalmente, foi possível identificar na moagem um conjunto de grafitos molinológicos relacionadas com as vivências quotidianas do espaço (memoração, crenças religiosas, superstições). Em concreto, durante a fase de inventário da moagem foram arrolados 23 grafitos aos quais se juntaram mais 5, durante os trabalhos de acompanhamento das obras de restauro. Os grafitos, compostos por diferentes tipologias, foram gravados em suporte de granito e cimento e distribuídos por diferentes espaços do moinho e estruturas anexas. (Figura 5)



Figura 5 – Representação gráfica do alçado nordeste do Moinho do Ribeiro antes das obras de restauro onde se destaca um grafito vegetalista com data. Fonte: Autores

### 3. Metodologia

Como preparação prévia procedeu-se à pesquisa documental (cartográfica e bibliográfica) necessária ao enquadramento crono-cultural do moinho e do respetivo Solar.

Posteriormente procedeu-se a trabalhos de campo com vista à inventariação e caracterização dos elementos físicos associados à construção da unidade de moagem. Destes elementos fazem parte a implantação do edifício (preparação do terreno; zonas de exploração de pedra; construção de muros; abertura de caminhos ou canais de escoamento), as características estruturais do edifício (aparelho, material geológico empregue; orientação, pavimento, número de pisos), as características do sistema

mecânico de moagem (tipo de engenho, sistema hidráulico) e as estruturas de captação, condução e controlo da água (açudes, represas, levadas, canal de evacuação).

A caracterização destes elementos físicos implicou um detalhado processo de registo gráfico e o levantamento topográfico do moinho e de toda a sua envolvente. O mesmo procedimento foi observado para o levantamento arquitetónico e fotográfico, o qual registou em detalhe o estado da arte, anterior e posterior à intervenção, bem como todo o processo de restauro, desenvolvido por equipas de pedreiros e carpinteiros especializados.

Para o conjunto dos diversos trabalhos realizados foi adotado o acrónimo RIB.16\_18 (Projeto de Restauro do Moinho do Ribeiro – Sousela, Lousada: 2016 a 2018), código com que foram referenciados todos os registos.

#### **4. Acompanhamento técnico**

A tipologia dos trabalhos de acompanhamento e supervisão técnica foi definida em função da necessidade de salvaguarda, tanto dos elementos arquitetónicos, como dos eventuais elementos arqueológicos, garantindo a sua salvaguarda e registo gráfico para memória futura.

##### **4.1. Limpeza da vegetação e remoção de terras**

Os trabalhos de remoção da vegetação foram executados com recurso a meios mecânicos e manuais e incidiram, num primeiro momento, sobre toda a vegetação presente na envolvente da estrutura moageira, designadamente no sistema de admissão, sistema de condução e de captação. Esta ação visou a definição de estruturas soterras, concretamente do sistema de condução e dos caboucos da estrutura de moagem.



As terras dos caboucos e do canal de escoamento foram retiradas manualmente, permitindo constatar a presença de parte substancial do sistema motor (*árvore, rodízio de tacos e apoios do eixo*), estando ausente apenas o mecanismo de transmissão.

#### 4.2. Limpeza das estruturas edificadas

Os trabalhos de limpeza das estruturas edificadas abarcaram todas as paredes do edifício, tanto interna como externamente. Estas ações foram conduzidas com recurso a máquina de lavagem de alta pressão que procedeu à limpeza de fungos e à remoção de restos da anterior pintura e reboco presente nas pedras que constituem o aparelho do edificado. Figura 6)



Figura 6 – Trabalhos de limpeza com jato de água no exterior e interior da estrutura de moagem. Fonte: Autores

Terminada a limpeza foram realizados trabalhos de remoção dos excedentes de argamassa presentes nas juntas do aparelho. Todos os interstícios interiores do edifício foram colmatados com cal hidráulica e cimento e, posteriormente, caiados.

Os trabalhos de lavagem das pedras respeitaram a integridade física dos grafitos conhecidos permitindo, inclusive, a identificação de outros, num total de 28 insculturas dispersas pelos diferentes elementos do moinho e estruturas complementares: mó, parede interior e exterior, cubo, empena do telhado e levada. (Figuras 7, 8a e 8b)

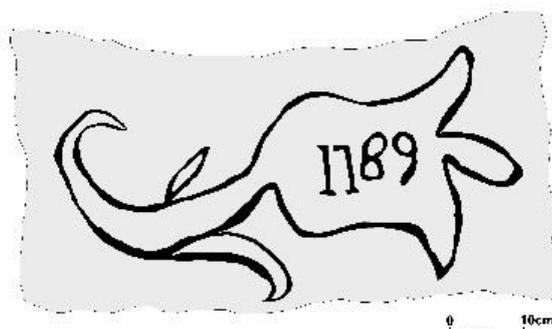


Figura 7 – Desenho do motivo vegetalista, com data memorativa (1789), gravado no alçado nordeste do moinho. Fonte: Autores



Figura 8a e 8b – Silhar da *levada* com duas datas gravadas (1794) e entrada do *cubo* do moinho com gravação de dois cruciformes do tipo C1. Fonte: Autores

Tendo em conta os estudos dedicados à temática pelos subscritores deste artigo (Nunes & Lemos 2013a, pp.1-4; Nunes & Lemos 2013b, pp. 149-161; Nunes & Lemos, 2013c, pp. 1-4; Nunes & Lemos 2014a, pp. 1-4; Nunes & Lemos 2014b, pp. 157-162; Nunes & Lemos, 2015, pp. 163-168) foi estabelecida uma proposta tipológica que

agregasse todas as nomenclaturas identificadas. Esta proposta, tipificada pelos autores em diversos artigos (Nunes & Lemos, 2017, p. 189; Nunes & Lemos, 2021a, pp. 213-247; Nunes & Lemos, 2021b, pp. 296-305; Nunes & Lemos, 2022, pp. 1-8), permitiu a categorização dos grafitos identificados estabelecendo a presença de sete tipos de cruciformes e ainda grafitos do tipo “data”, “número”, “fitomorfo” e “indeterminado”. Relativamente às tipologias de cruciformes foram arrolados cruciformes do tipo C1 (cruz simples, grega e latina), C2 (cruciforme braços invertidos), C3 (cruciforme base subtriangular), C4 (cruciforme base subcircular), C5 (cruciforme base subretangular), C10 (cruciforme tipo Caravaca) e C11 (cruciforme tipo Tau).

#### **4.3. Recuperação das estruturas de captação e condução**

No que respeita ao sistema de captação (*açude*), concluídos os trabalhos de limpeza e avaliado o seu estado de conservação, optou-se por não proceder a qualquer ação de fundo mantendo inalterada a estrutura, apenas consolidando os muros de delimitação do leito na margem direita do rio, a montante e a jusante do sistema de captação. No caso em apreço estamos perante um *açude* alto destinado a represar e, simultaneamente, elevar a água de modo, quer a aumentar a energia potencial disponível, quer a orientar a água para a embocadura da *levada*. No geral, estes *açudes*, ou *encoros*, são construções robustas em que a pedra é o material de construção dominante. Alicerçados no leito dos rios ou apoiados nos afloramentos que deles emergem, os *açudes* são construções vigorosas erguidas com recurso a grandes blocos graníticos cujo remate superior assume, com frequência, a forma de uma calçada que serve de acesso à margem oposta e que a água transpõe facilmente (Gonçalves, 2009, p. 54; Nunes & Lemos, 2016, pp. 267-269; Soeiro, 2006, p. 32). (Figura 9)



Figura 9 – Aspeto do açude do Moinho do Ribeiro no rio Mezio após os trabalhos de recuperação da envolvente. Fonte: Autores

Relativamente ao sistema de condução (*levada de nível*) foi necessário a sua reconstrução parcial, pois apresentava-se derrubada em diversas seções. Para o seu restauro foram empregues pedras de granito e corneana de tamanho idêntico às existentes, optando-se pela manutenção do traçado sinuoso original e respeitando as diversas comportas existentes garantindo, assim, os direitos sobre a água dos diversos consortes (Figuras 10 e 11).



Figura 10 – Trabalhos de reconstrução dos muros da *levada* do Moinho do Ribeiro. Fonte: Autores



Figura 11 – Pormenor da *levada* após os trabalhos de recuperação. Fonte: Autores

Para garantir as travessias pré-existentes a montante e a jusante do lavadouro, foram repostos sobre a *levada* dois monólitos graníticos. O primeiro serve de acesso ao lavadouro e aos *caboucos* do moinho, o segundo permite aceder diretamente ao piso de moagem. Quanto ao lavadouro, por se encontrar incompleto, viu a anterior *pedra de lavar* reposta por uma nova, tendo, finalmente, sido reconstruídas as escadas de acesso à travessia localizada a montante do lavadouro.

#### **4.4. Recuperação da calçada, presa de água e reposição do marco de propriedade**

De modo a facilitar o acesso entre a Casa do Ribeiro e o moinho foi construída, entre os séculos XVIII e XIX, uma calçada destinada ao trânsito pedonal e de veículos de tração animal. Edificada em local alagadiço e afoito a cheias a calçada foi estruturada com recurso a grandes lajes de granito cujos intervalos foram preenchidos com pedras de pequena e média dimensão. Apenas após a limpeza da vegetação e da remoção das terras que a cobriam parcialmente se tornou claro a ausência de grande parte do lajeado, persistindo apenas as pedras de maior dimensão que a delimitavam. Deste modo, optou-se por assumir a sua reconstrução integral tendo sido removidas as pedras que subsistiam no miolo, com o objetivo de a regularizar. A reposição foi feita com recurso

a pedras de granito mantendo a proporção identificada no pavimento original. (Figura 12 e 13)



Figura 12 – Aspeto dos trabalhos iniciais de reconstrução da calçada. Fonte: Autores

Associada aos *caboucos* do moinho, onde labora o mecanismo motor, existe uma presa de água que recebe a água de laboração do *rodízio* e a encaminha para o canal de evacuação subterrâneo que termina no leito do rio, cerca de 30 metros a jusante. Por necessidade de intervir nos *caboucos* contíguos à presa,



Figura 13 – Pormenor dos trabalhos de reconstrução da calçada. Fonte: Autores

esta foi alvo de um processo de limpeza e desassoreamento. Apesar de terem sido mantidas a orgânica e funcionalidade da estrutura, foi necessário proceder à

consolidação da sua estrutura delimitadora, edificado um muro em alvenaria que delimita e separa a presa dos caboucos facilitando a sua visitação. A construção destes muretes foi realizada com recurso a pedras de granito e corneana de médias a grandes dimensões, sendo os interstícios preenchidos com pedras de pequena dimensão (Figura 14).



Figura 14 – Aspeto final dos trabalhos de construção dos muros de delimitação da presa. Fonte: Autores

No termo do canal de evacuação do moinho, no leito do rio, encontra-se uma estrutura de atravessamento. De facto, em muitos locais quando os açudes se revelavam de travessia difícil ou insuficiente para o tráfego existente, os moinhos potenciaram a construção de travessias complementares, como vaus, poldras, mas sobretudo pontes, a maioria das quais de conceção simples, com tabuleiros retos, em padieiras, e sem guardas, suportados por muretes, quando lançados de margem a margem, como acontece neste caso. Para além de elemento de atravessamento esta estrutura servia,

igualmente, de ponto de lindagem de freguesias conforme atestava um antigo marco de propriedade há muito tombado dentro do leito do rio. (Figura 15)

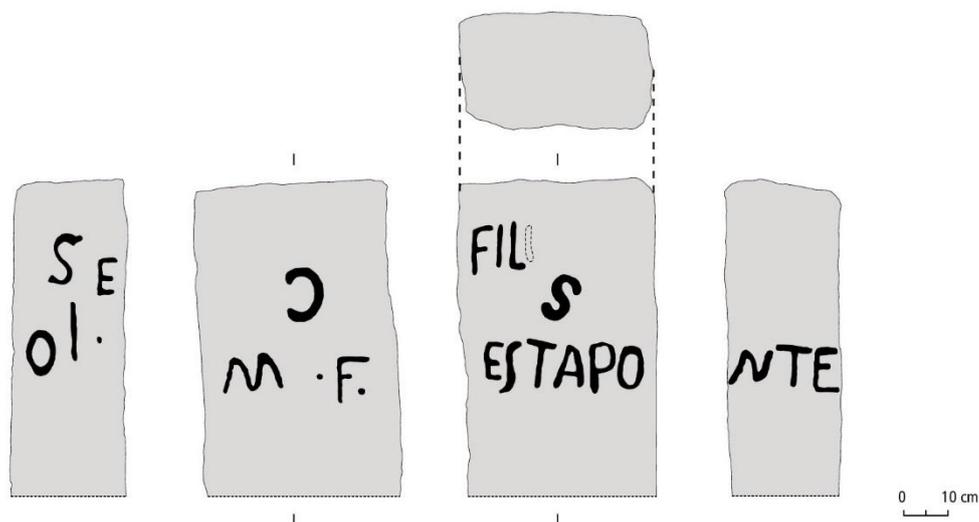


Figura 15 – Desenho das quatro faces do marco de lindagem recolocado junto à ponte que atravessa o rio Mezio. Fonte: Autores

Durante as obras de recuperação do moinho e da envolvente optou-se por devolver o marco na sua localização original, restaurando a paisagem histórica do local. O levantamento gráfico de marco granítico em apreço, que sinaliza a partilha entre as freguesias de Covas, Sousela e Santa Eulália da Ordem, permitiu identificar em três de quatro faces iniciais capitulares relativas à designação de cada freguesia. S (Sousela), C (Covas) e SEO (Santa Eulália da Ordem). Em momento posterior, o marco recebeu a gravação de uma inscrição memorativa relativa à construção da referida ponte, certamente impulsionada pela presença do moinho. Na impossibilidade de identificação do antropónimo (FIL), cujas iniciais foram gravadas no marco, revela-se difícil a datação precisa da ponte por via de uma aproximação genealógica. Ainda assim, estamos em crer que se trata de uma estrutura pontística nunca anterior ao século XIX.

A leitura e transcrição é a seguinte:

**Leitura:** FIL[...] / S(*ousela*) / ESTAPO / NTE / C(*ovas*) / M(*andou*) F(*azer*) / S(*anta*)  
E(*ulália*) O(*rdem*) [...].

**Tradução:** Freguesias de Sousela, Covas e Santa Eulália da Ordem [...]; FIL[...] esta ponte mandou fazer.

#### 4.5. Substituição da cobertura, acesso e pavimento

Terminados os trabalhos de reconstrução das estruturas edificadas em alvenaria, foram executados os trabalhos de substituição do madeiramento existente na cobertura e no piso da moagem.

O primeiro elemento a ser substituído foi a cobertura de duas águas com placas de lusalite e telha de meia cana sustentada por caibros de pinho. Como alternativa foi planeada uma estrutura de quatro águas, em madeira de pinho e telha cerâmica, consentânea com a arquitetura do moinho e com a memória coletiva. A estrutura, que circundou todo o edifício, serviu de apoio aos caibros que se estendem até ao cimo do telhado num ângulo de 25°. As vigas da empena foram depois fixadas aos caibros oferecendo apoio extra. Finalmente foram pregadas as ripas às vigas da empena. (Figura 16 e 17)



Figura 16 – Aspeto do sistema de cobertura do moinho na fase inicial dos trabalhos. Fonte: Autores



Figura 17 – Vista nordeste do processo de montagem da nova cobertura do moinho. Fonte: Autores

No que se refere ao pavimento do piso de moagem, e uma vez que se apresentava em mau estado de conservação, procedeu-se à sua remoção integral e posterior substituição. O mesmo aconteceu com as vigas que sustentavam o tabuado. Para as vigas de suporte do novo pavimento e para o tabuado foi usada madeira de carvalho. O processo de substituição do madeirame foi concluído com a colocação de uma nova porta, também de uma folha, em madeira de pinho. (Figura 18)



Figura 18 – Trabalhos de colocação das novas traves de madeira para assentamento do piso de moagem. Fonte: Autores

#### 4.6. Substituição do sistema motor e de moagem

A última etapa do projeto consistiu na avaliação dos sistemas de moagem e motor cujos manifestos estados de degradação e inoperacionalidade ditou a sua substituição integral. Ainda assim, a execução das novas peças respeitou, sempre que possível, as características técnicas primordiais. (Figura 19)

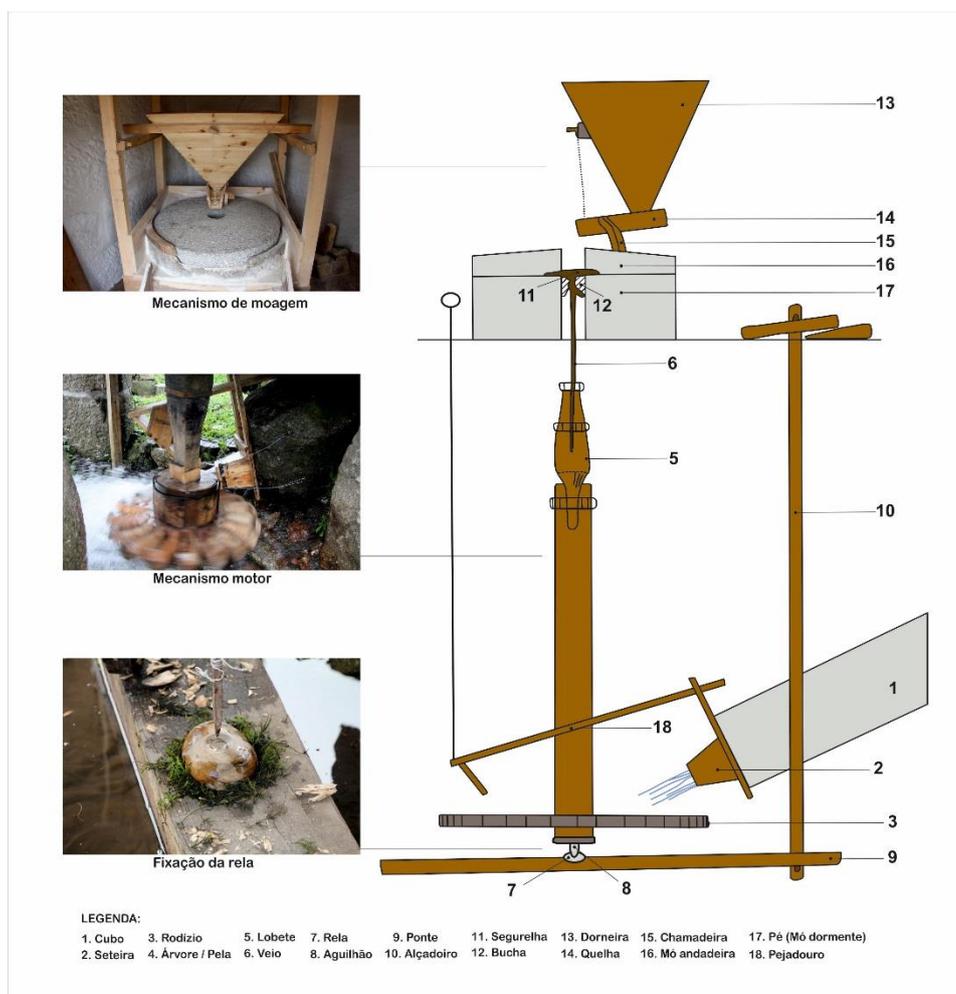


Figura 19 – Esquema de funcionamento do Moinho do Ribeiro (Desenho baseado em Oliveira *et al*, 1986, p.98) .  
Fonte: Autores

Num primeiro momento procedeu-se à intervenção no sistema de moagem que, apesar da ausência de alguns elementos estruturantes, designadamente da mó *andadeira* e da *chamadeira*, apresentava ainda a *dorneira* e o seu sistema de apoio, bem como a *quelha*, a *grade* e a *caixa*. Dado o seu mau estado de conservação foram descartados todos os elementos de madeira, com exceção da *caixa*, tendo sido substituídos por

novos componentes produzidos a partir de madeira de carvalho. Entre os elementos metálicos ainda presente salienta-se a *camba*, da *segurelha*, da *bucha* e do *lobete*. À exceção da *camba*, substituída por uma estrutura similar mas em madeira, todos os demais componentes foram reutilizados. (Figura 20)



Figura 20 – Estado do mecanismo de moagem à data do seu inventário. Fonte: Autores

A reposição do casal de mós teve início com a recolocação da mó *dormente* original que, por razões de estabilidade e segurança, foi assente sobre traves de madeira. Em momento subsequente foram executadas ações de picagem e nivelamento da mó *dormente* para ulterior acolhimento da nova mó *andadeira*. Reposicionada a mó *andadeira* procedeu-se à colocação da *segurelha*. Por fim, de modo a permitir o alinhamento de ambas as mós após o processo de picagem, procedeu-se à gravação de

um cruciforme do tipo C1<sup>4</sup> no rebordo da mó *andadeira*, executado com recurso a pico metálico. (Figuras 21 e 22)



Figura 21 – Pormenor da mó *dormente* e da nova *camba* em madeira. Fonte: Autores

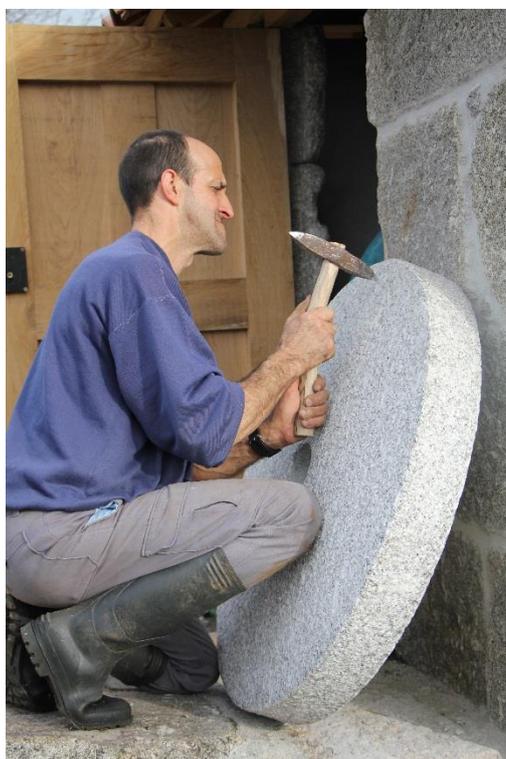


Figura 22 – Trabalhos de execução da marca de alinhamento na mó *andadeira*, em forma de cruciforme. Fonte: Autores

O passo seguinte consistiu na montagem da estrutura de apoio da *dorneira*, da *quelha* e da *chamadeira*. Construída com recurso a madeira de pinho, a estrutura de quatro eixos foi nivelada e fixada às traves de madeira de apoio ao casal de mós e ao

---

<sup>4</sup> Relativamente a estes grafitos produzidos nas mós *andadeiras*, compostos exclusivamente por cruces ou motivos cruciformes, trata-se, efetivamente, de uma evolução dos simples traços gravados perpendicularmente ao olho da mó, destinados a permitir o alinhamento do casal de mós com a *segrelha* e o *veio*, após a sua remoção, com vista à picagem (Nunes & Lemos, 2017, p. 182)

sistema de cobertura. Finda esta ação foi aplicada a *camba* e reposta a *dorneira*. À semelhança da peça preexistente, a *dorneira* ostenta forma piramidal com topo quadrangular. Seguidamente aplicou-se a *quelha*, a *chamadeira* e a *caixa*, esta última um reaproveitamento da anterior, ainda que o seu topo tenha sido truncado. Figura 23)

Finalmente foi adicionada a *grade* que, à semelhança da anterior, foi construída com o intuito de auxiliar o moleiro na remoção e posterior colocação da mó *andadeira*



Figura 23 – Aspeto do novo mecanismo de moagem do Moinho do Ribeiro. Fonte: Autores

sobre a mó *dormente* sempre que se revelava necessário proceder a trabalhos de picagem. Construída a partir dos excedentes das vigas originais do pavimento faz a ligação sentimental entre o passado e o presente do Moinho do Ribeiro.

A fase final dos trabalhos passou pela intervenção no sistema motor que se encontrava em avançado estado de degradação, já bastante incompleto e totalmente inoperacional. Alguns componentes, como a *seteira* e o *pejadouro*, estavam ausentes, enquanto outros, como o *rodízio*, o *lobete*, a *árvore*, a *ponte* e o *alçadoiro*, se achavam presentes, embora irrecuperáveis. De entre os elementos metálicos presentes apenas o

*veio* foi reaproveitado. No que se refere aos elementos líticos registou-se a presença *in situ* do *aguilhão* e da *rela*, recolhidos e reutilizados para a mesma função. (Figura 24)



Figura 24 – Pormenor do mecanismo motor do Moinho do Ribeiro antes dos trabalhos de restauro (atente-se na presença da *rela* junto ao *rodízio de tacos*). Fonte: Autores

Os trabalhos de substituição do mecanismo motor foram encetados com a colocação da *ponte* definida pelas pedras existentes na base dos caboucos. O passo seguinte consistiu na união da *ponte* ao *alçadoiro*, elemento essencial ao funcionamento do sistema de moagem, pois suporta a *rela* sobre a qual roda o *aguilhão* e permite a afinação do espaço entre as duas mós e, por essa via, o grau de trituração do grão. Terminada esta ação foi aplicada a *rela*. Para tal, foi cavada na *ponte* uma concavidade preenchida com musgo sendo depois a *rela* cravada à *ponte* com pregos. (Figura 25)



Figura 25 – Trabalho de fixação da *rela* à *ponte*. Fonte: Autores

Foram depois iniciados os trabalhos de preparação da nova *árvore* ou *pela*, esta esculpida a partir de um tronco de carvalho, com formato quadrangular que estreita do topo para a base, destinada a albergar o *lobete* e o *veio* no topo e o *rodízio* na base. O passo seguinte consistiu em aplicar o *aguilhão* lítico na base da *árvore* e na abertura de um orifício para permitir a fixação do *rodízio de penas*. O *lobete* anterior foi descartado e deste modo foi necessário executar um novo, de forma quadrangular, com cerca de 60 cm de altura, produzido a partir de um toro de madeira de carvalho, mais largo na base que no topo, para albergar um sulco onde encaixa o *veio* metálico que estabelece a ligação com a *segurelha* e permite acionar a mó *andadeira*.

A ação seguinte consistiu na produção do novo *rodízio*. O sistema anterior, baseado num *rodízio de tacos*, composto por 15 tacos em madeira, era ineficiente por força da incapacidade em laborar sempre que a presa recebia maiores quantidades de água. Deste modo, optou-se por um sistema de *rodízio de penas*, localmente mais disseminado e capaz de laborar com caudais mais abundantes. O novo *rodízio*, com

diâmetro exterior de 95 cm, é composto por 17 penas em madeira pregadas a um cepo volumoso de base circular que encaixa na *árvore* e a ela se fixa por intermédio de cunhas de madeira. (Figuras 26 e 27)



Figura 26 – Aspeto final do novo *rodízio de penas*. Fonte: Autores



Figura 27 – Pormenor da nova *seteira* colocada no *cubo*. Fonte: Autores

Para finalizar o processo de montagem do sistema motor procedeu-se à reposição da *seteira* na extremidade inferior do *cubo*. De forma quadrangular, o cubo em aduelas de granito afunila na extremidade que pende sobre o rodízio. É nessa abertura que a *seteira* é colocada, sendo fixada ao *cubo* através de um aro metálico. O moleiro dispunha de duas formas de parar o moinho: através do barramento da água à entrada da levada que conduz ao *cubo*, ou fazendo uso do *pejadouro*, uma estrutura em “L”, composta por uma tábua com um reforço perpendicular na ponta, manobrada a partir do piso de moagem por um cabo metálico, que permitia o desvio do fluxo de água da *seteira*.

O processo de reconstrução dos sistemas motor e de moagem terminou com a realização de um conjunto de testes. O funcionamento decorreu em pleno e os mecanismos comprovaram a sua funcionalidade e capacidade de laboração. (Figura 28)



Figura 28 – Processo de testagem do novo mecanismo motor. Fonte: Autores

## 5. Conclusão

A recuperação do Moinho do Ribeiro, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Lousada constituiu uma oportunidade de implementar um conjunto de procedimentos técnicos e preceitos normativos em matéria de recuperação de estruturas tradicionais de moagem, conforme definido na Carta Molinológica concelhia que resultou da execução, por parte dos subscritores, do Projeto *MUNHOS* entre 2011 e 2021. Trata-se de um documento de inventário que visou a identificação, localização e caracterização de todas as estruturas hidráulicas de moagem tradicional existentes no concelho de Lousada, com vista à criação de um plano de gestão integrado que permitisse determinar as áreas de zonamento e proteção das moagens tradicionais, em consonância com os normativos legais vigentes. Pretende-se, ainda, que este documento garanta respostas imediatas às solicitações, quer de investigadores e especialistas em molinologia, quer de proprietário e da comunidade local no que respeita a procedimentos técnicos e legais destinados à conservação e recuperação destas estruturas.

No caso em apreço, a definição *a priori* da equipa técnica que definiria a metodologia de trabalho e garantiria a supervisão técnica do processo, garantiu a observação de todos os preceitos técnicos de recuperação deste tipo de estruturas vernaculares, bem como a correta adequação das soluções tecnológicas a implementar, nomeadamente quando se revelou necessário proceder à sua substituição. O resultado final, adequado à funcionalidade pretendida pelo promotor da obra e paisagisticamente enquadrado na bacia média do Mezio e em harmonia arquitetónica com a Casa do Ribeiro, constitui um modelo de boas práticas que, por via da publicação deste artigo, se pretende destacar e divulgar.

## Bibliografia

- Gonçalves, I. M. L. (2009). *Moinhos de Cabeceiras de Basto. Apontamentos de Conservação*. Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.
- Nunes, M. & Lemos, P. (2013a). Estudo de grafitos em moinhos de água no concelho de Lousada: o caso do *Moinho da Devesa I* (Nevogilde). *Revista Municipal de Lousada (Suplemento de Arqueologia)*, 108, pp. 1-4.
- Nunes, M. & Lemos, P. (2013b). Projeto *MUNHOS*: inventário das moagens tradicionais dos rios Sousa e Mezio no concelho de Lousada. *OPPIDUM – Revista de Arqueologia, História e Património*, 6, pp. 105-165.
- Nunes, M. & Lemos, P. (2013c). Projeto *MUNHOS* na freguesia de Lustosa: os moinhos de rio de Porto, ribeiro do Barroco e ribeiro da Agrela. *Revista Municipal de Lousada (Suplemento de Arqueologia)*, 112, pp. 1-4.
- Nunes, M. & Lemos, P. (2014a). Estudo dos *grafitos* nas moagens tradicionais dos rios Sousa e Mezio (Lousada): métodos, procedimentos e resultados. *Revista Municipal de Lousada (Suplemento de Arqueologia)*, 116, pp. 1-4.
- Nunes, M. & Lemos, P. (2014b). Projeto *MUNHOS*: moagens tradicionais no rio de Porto e ribeiros do Barroco e da Agrela (Lustosa – Lousada). *OPPIDUM – Revista de Arqueologia, História e Património*, 7, pp. 129-166.
- Nunes, M. & Lemos, P. (2015). Projeto *MUNHOS*: moagens tradicionais na ribeira de Sá e ribeiros das Cruzes e da Bufareira (Santo Estêvão de Barrosas, Lousada). *OPPIDUM – Revista de Arqueologia, História e Património*, 8, pp. 137-172.
- Nunes, M. & Lemos, P. (2016). Projeto *MUNHOS*: síntese dos resultados finais do inventário das moagens hidráulicas tradicionais do concelho de Lousada. *OPPIDUM – Revista de Arqueologia, História e Património*, 9, pp. 241-286.



- Nunes, M. & Lemos, P. (2017). Inventário, caracterização e estudo dos grafitos identificados nos moinhos de água do concelho de Lousada (Projeto *MUNHOS*). *OPPIDUM – Revista de Arqueologia, História e Património*, 10, pp. 163-239.
- Nunes, M. & Lemos, P. (2021a). Moinhos de água do concelho de Lousada: dez anos do projeto *MUNHOS*. In Nunes, M. (coord.), *Moinhos de Água, Paisagem, Território e Património* (pp. 134-251). Câmara Municipal de Lousada.
- Nunes, M. & Lemos, P. (2021b). Moinhos de água do concelho de Lousada: catálogo dos grafitos. In Nunes, M. (coord.), *Moinhos de Água, Paisagem, Território e Património* (pp. 296-305). Câmara Municipal de Lousada.
- Nunes, M., Lemos, P. (2022). *Molinological graffiti in Lousada (Portugal): an ethnoarchaeological study*. Academia Letters, Article 5330, pp. 1-8.
- Oliveira, E. V., Galhano, F. & Pereira, B. (1983). *Tecnologia Tradicional Portuguesa: Sistemas de Moagem*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Soeiro, T. (2006). *O ocaso das moagens do rio Sousa no município de Penafiel*. Museu Municipal de Penafiel.

**FRASES CÉLEBRES EM MONUMENTOS  
EPIGRÁFICOS**

**ANCIENT FAMOUS QUOTATIONS IN  
EPIGRAPHIC MONUMENTS**

**José d'Encarnação**  
Universidade de Coimbra  
Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património  
Rua Eça de Queiroz, 89  
Pampilheira  
P – 2750-662 Cascais  
[jde@fl.uc.pt](mailto:jde@fl.uc.pt)



## Resumo

É frequente a inserção de frases célebres antigas em monumentos epigráficos. A inscrição de uma fonte no concelho de Lousada proporcionou a reflexão sobre a utilização das siglas I M I (sobre o culto à Sagrada Família) e a identificação de uma frase colhida no episódio da Matrona de Éfeso contado no *Satíricon* de Petrónio.

**Palavras-chave:** Lousada; Sagrada Família; Matrona de Éfeso.

## Abstract

It's very common the use of ancient Latin phrases in epigraphic monuments, especially in the neoclassic times. Nevertheless, the inscription in a Portuguese fountain of the beginning of the XX century gave us the opportunity to discuss the introduction the cult of the Holy Family and the eco of one the episodes that *Petronius* tells in his *Satiricon*.

**Key words:** Lousada; Holy Family; Ephesus's matron.

Houve já ocasião de tecer considerações acerca das inscrições patentes na chamada «Fonte Taurina» existente na localidade de Cristelos, integrada actualmente na União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, do concelho de Lousada (Cardoso, Encarnação e Sousa, 2018).

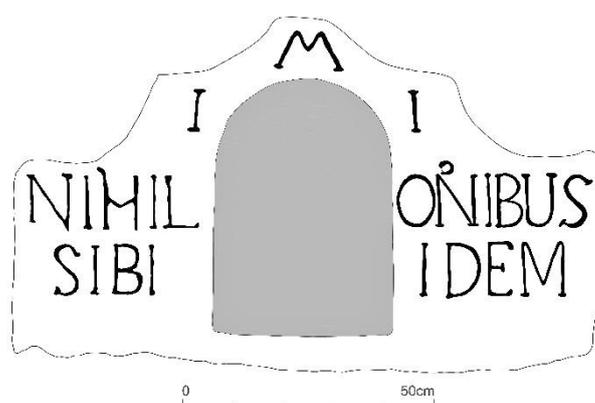
Importará, porém, acrescentar algo mais ao que então se escreveu, mormente porque uma reflexão acerca da utilização de frases célebres em monumentos epigráficos é susceptível de merecer atenção. Na verdade, amiúde se topa com frases aparentemente enigmáticas e falta disposição para se declarar a relevância cultural que daí pode depreender-se.

Datável de primórdios do século XX, ostenta a fonte duas inscrições: encimam o motivo central em jeito de nicho, apenas sugerido, as siglas I M I; lateralmente, lê-se NIHIL / SIBI, à esquerda; ONIBUS / IDEM, à direita (Figuras 1 e 2).

A sugestão de Cristiano Cardoso de desdobrar as siglas em «Jesus Maria José» é perfeitamente aceitável: *I(esus) M(aria) I(osephus)*. Quanto à epígrafe lateral, propôs-se que se leia não na horizontal mas na vertical, ou seja, ligar *nihil* à palavra que lhe subjaz e *onibus* a *idem*.



A epígrafe da Fonte Taurina. Fonte: Cristiano Cardoso.



## 1. A invocação à Sagrada Família

A primeira questão que se nos pôs foi esta: que motivo poderá ter levado os promotores da erecção do fontanário a optar por esta invocação?

Foi o papa Leão XIII (1878-1903), quem, na época da Revolução Industrial e da instabilidade social que ela provocou, mais se interessou pela promoção desta devoção. Sobre esse tema escreveria, em 1892, o breve apostólico *Neminem Fugit*; instituiu, no ano seguinte, a festa da Sagrada Família e fez, em 1896, a consagração das famílias cristãs à Sagrada Família.

Encontramos, porém, antes dessa 2ª metade do século XIX, o forte designado de Jesus Maria José, já existente em 1710, sob essa invocação, em Vila Franca do Campo, em S. Miguel (Açores).

Mas é precisamente na 2ª metade do século XIX que essa devoção ganha enorme incremento.

Assim, José Manyanet y Vives (1833-1901) fundou, em 1864, os *Filhos da Sagrada Família Jesus, Maria e José*, e, em 1874, as *Missionárias Filhas da Sagrada Família de Nazaré*, «cuja missão», lê-se nos estatutos, «era imitar, honrar e propagar o culto à Sagrada Família de Nazaré e procurar a formação cristã das famílias, principalmente por meio da educação e instrução católica da infância e juventude e do ministério sacerdotal».

A 5 de Julho de 1866, abre, em Lisboa, o comumente chamado «Colégio do Quelhas», ligado à fundação da Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia, que foi posto sob essa invocação, «José Maria José».

A 24 de Setembro de 1880, é criado, em Viseu, pela Irmã Rita Amada de Jesus, o Instituto Jesus Maria José (conhecido pelas siglas JMJ).

Estamos, por conseguinte, num ambiente de exaltação da Sagrada Família e isso não apenas justifica a inscrição, como nos induz a datar a erecção do fontanário da 1ª ou 2ª década do século XX ou, recuando um pouco mais, último quartel do século XIX.

Futura investigação em arquivos locais ou distritais poderá vir a trazer mais luz sobre o assunto.

## 2. A enigmática frase lateral

Trata-se, sem dúvida, de uma frase idiomática, colhida em algum escritor. Apontar-se-ia, de imediato, para um escritor latino, uma vez que o mais provável, nessa época de neoclassicismo, era que aos clássicos se fosse beber a inspiração.

Não era, todavia, expectável que viesse a encontrar-se uma frase exactamente igual, uma vez que dispúnhamos somente de quatro palavras. Sabe-se não ser raro que apenas o sentido se revele sem que se dê importância a uma transcrição literal, *ipsis verbis*, ou seja, com as palavras exactas.

Um exemplo pode elucidar melhor o que ora se pretende esclarecer.

É de todos bem conhecida a frase, uma espécie de adágio popular amiúde citado: «Plantar uma árvore, escrever um livro e fazer um filho – e fica o homem completo». Por curiosidade, procurei, há tempos, conhecer o seu autor, uma vez que lera, no romance *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós, publicado em 1901, esta passagem:

«Uma tardinha, ao anoitecer, sentados no pomar, no rebordo do tanque, enquanto o Manuel Hortelão apanhava laranjas no alto de uma escada arrimada a uma alta laranjeira, Jacinto observou, mais para si do que para mim:

– É curioso... Nunca plantei uma árvore!



– Pois é um dos três grandes actos sem os quais, segundo diz não sei que filósofo, nunca se foi um verdadeiro homem. Fazer um filho, plantar uma árvore, escrever um livro. Tens de te apressar, para ser um homem» (Queiroz 1979, p. 131).

Era, portanto, frase corrente, sem autoria precisa, nesse final do século XIX. E pasmei, ao verificar que se considerou «antigo provérbio chinês ou árabe», «fruto da sabedoria popular», «antiga frase»... E, afinal, a frase é do pensador cubano José Julián Martí Pérez (1853-1895), mais conhecido apenas por José Martí. Consta, na verdade, do rol das muitas frases suas que vieram a tornar-se célebres:

«Hay tres cosas que cada persona debería hacer durante su vida: plantar un árbol, tener un hijo y escribir un libro».

E, como se vê, as três coisas lá estão tanto na minha citação (de cor) como na de Eça, mas a ordem pela qual o autor José Martí as escreveu não é essa exactamente.

O hábito de, nos edifícios públicos e também em tapeçarias, se gravarem frases lapidares, colhidas dos escritores latinos clássicos já vem do tempo do Renascimento. Recrudesceu, porém, e ampliou-se aquando do Neoclassicismo, em que artistas e governantes ou simples responsáveis pela «coisa pública» – a *res publica* – faziam questão em mostrar a sua erudição bebida nos clássicos. Criou-se, até, a moda de coligir em compêndios, quais *vade-mecum*, essas expressões mais carismáticas, de que são exemplo os livros de Hugh Moore e de Henry Thomas Riley.

Recordo que, tendo um amigo meu encontrado estranha frase gravada numa tapeçaria que ora adornava um sofá, em Hannover, me perguntou o seu significado. Qual não foi o meu espanto quando me apercebi de que se tratava do fragmento de um texto poético que se repetira aqui e ali, ao longo dos séculos, nos mais diversos contextos e que, muito provavelmente, acabou por – mais ou menos estropiado – da sua autoria se perder

por completo a noção. Evocava a conhecida passagem da *Arte Poética* de Horácio (100-104):

*Si vis me flere, dolendum est primum ipsi tibi; tum tua me infortunia laedent, Telephe uel Peleu; male si mandata loqueris, aut dormitabo aut ridebo.*

«Se queres que eu chore, hás de sofrer tu primeiro: só teus infortúnios podem comover-me, quer sejas Telefo quer Peleu; se, porém, recitares mal o teu papel, dormitarei ou cairei no riso» (Encarnação, 2016, p. 23-26).

No caso da Fonte Taurina, a frase poderá ser a seguinte:

«Nihil tibi o(m)nibus idem».

«Nada para ti. Para todos também não».

Ao contrário dos exemplos referidos, não me pareceu tratar-se de frase muito conhecida. A pesquisa que levei a efeito, quiçá por também dispormos de poucas palavras, não me permitiu verificar se constaria das colectâneas de frases célebres a que se aludiu. Julgo, contudo, poder relacioná-la com uma passagem do *Satiricon*, de Petrónio (111, 8), que – numa das versões – diz o seguinte:

«Nihil proderit tibi gemitu pectus diducere omnibus idem esse exitum».

de que o texto de Lousada será uma versão abreviada, com as palavras mais significativas, em jeito de prólogo: *nihil tibi, omnibus idem*.

Conta Petrónio o conhecido episódio da «Matrona de Éfeso»: não se conformando com a morte do bem-amado, a matrona chorava copiosamente e manifestava intenção de querer ser sepultada com ele. Abeirou-se dela, porém, um soldado que «exortou a desesperada a não teimar naquela dor inútil, a não despedaçar o coração com os seus gemidos ilusórios: toda a gente acabaria assim, na mesma morada» Petrónio.

É bastante livre esta tradução publicada na colecção dos Livros de Bolso de PEA de que ora me servi (Petrónio, 1973, p. 124); a passagem em latim é a seguinte:

«[...] *coepitque hortari lugentem ne perseueraret in dolore superuacuo ac nihil profuturo gemitu pectus diduceret omnium eundem esse exitum et idem domicilium* [...]».

¿Que mensagem se quer, então, transmitir, uma vez que não nos encontramos em contexto fúnebre, qual o da situação a que a frase pertence, mas sim perante uma fonte, em que a perspectiva será salutífera, animadora e de futuro? Teria havido uma intenção concreta, algo como «se não houver água para ti, também para os outros a não haverá»? Um incitamento, portanto, à poupança do precioso líquido? Ou será apenas uma admoestação sábia: «Nada tens? Não te preocupes, que todos estão na mesma situação que tu!».

Em mensagem endereçada, a 26 de Abril de 2018, aos meus colegas epigrafistas, dei conta deste testemunho e indaguei:

a) se esta frase – ou outra idêntica – terá sido reproduzida em diversos locais, nomeadamente no período do neoclassicismo;

b) se pode atribuir-se-lhe outro significado a não ser o de uma máxima moral, com o significado de «Nada te acontece de diferente dos demais».

Não recebi resposta.

E, logo na altura da primeira publicação se frisou que o que era importante salientar era a circunstância de, em recôndito fontanário de um território como o de Lousada, depararmos, hoje, com uma epígrafe que, mais de um século passado, passou despercebida e que detém, inegavelmente, valor como testemunho da transmissão de uma história multissecular e só de um restrito número de académicos conhecida.

Seja como for, oxalá a investigação possa vir a trazer nova luz sobre o que ali, de facto, se quis dizer.

## BIBLIOGRAFIA

Cardoso, C., Encarnação, J. d' e Sousa, L. (2018). Catálogo epigráfico de Lousada – A inscrição clássica de Fonte Taurina. *Revista Municipal (Suplemento Património)*, nº 167, Abril de 2018, Câmara Municipal de Lousada, 21-25. Acessível em:

<http://www.cm-lousada.pt/pt/suplementos>

Encarnação, J. d' (2016). A epigrafia (im)possível. *Materiaes*, III série, nº 1, 23-26.

Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/24345>.

Moore, H. (1833). *A Dictionary of Quotations*, in *The Treasury of Knowledge and Library of Reference – Parts IV, V and VI*. New York: Conner & Cooke.

Petrónio (1973). *O Satrícon*. Mem Martins: Publicações Europa-América [nº 68 da colecção Livros de Bolso]. O episódio referido ocupa as páginas 123 a 126.

Queiroz, Eça de (1979). *A Cidade e as Serras*. Mem Martins: Publicações Europa-América [nº 219 da colecção Livros de Bolso].

Riley, H. T. (1856). *Dictionary of Latin Quotations, Proverbs, Maxims, and Mottos Classical and Mediaeval...* London.

**OPINIÃO**

**OPINION**



## **La Divulgación Científica y Patrimonial: un largo camino explicado desde una experiencia personal**

## **Scientific and Heritage Dissemination: a long way explained from a personal experience**

**Juan F. Gibaja**

Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma (EEHAR-CSIC)  
Via di Sant'Eufemia 13, 00187, Rome (Italia)  
[juan.gibaja@eehar.csic.es](mailto:juan.gibaja@eehar.csic.es)



Antes de empezar quiero decir que, aunque firmo este documento sólo, lo cierto es que mi trabajo en divulgación científica y todas las reflexiones que aquí presento nacen de las amigables charlas con mis compañeros Millán Mozota, Gerard Remolins y Santiago Higuera. Por ello a lo largo del texto usaré el pronombre nosotros y no el yo.

El artículo 27 de la Declaración Universal de los Derechos Humanos dice que:  
*Toda persona tiene derecho a tomar parte libremente en la vida cultural de la comunidad, a gozar de las artes y a participar en el progreso científico y en los beneficios que de él resulten.*

Es revelador que empiece citando este artículo de la Declaración Universal de los Derechos Humanos. Y es que hace ya bastante años que un grupo de investigadores de la Institución Milá y Fontanals de Barcelona (IMF-CSIC) y de la Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma (EEHAR-CSIC), nos dimos cuenta que la divulgación científica tenía poco de derecho y menos de democrática.

En este sentido, son muchos los colectivos que, por distintas razones: económicas, sociales, ideológicas o de salud, quedan al margen de las actividades de divulgación. Y se ha naturalizado tanto que las personas que forman parte de esos colectivos asumen que la ciencia o las actividades científicas no son para ellas. Nos hemos olvidado de nuestros mayores de la Tercera Edad, de las personas con diversidad funcional, de las afectadas por patologías o disfunciones mentales, de los presos, de colectivos marginalizados como el gitano o los inmigrantes recién llegados, o incluso, de los chicos hospitalizados durante largas temporadas, entre otros.

Tal es la situación que se hace difícil encontrar una actividad divulgativa, véanse jornadas multitudinarias de ciencia, conferencias o exposiciones en museos, donde se haya hecho un esfuerzo mínimo por adaptar el lenguaje, el discurso y los materiales

utilizados o expuestos a varios de estos colectivos. El resultado es su no participación, porque asumen que no van a ser capaces de entender aquello que se diga o se exponga.

Siendo así, parece evidente que ese artículo 27 sólo son bellas palabras. Frases de contenido vacío. Conscientes de esta situación, hace ya casi 10 años que empezamos a trabajar para llevar nuestra ciencia a buena parte de esos colectivos. Siempre con la intención de ser lo más participativa e inclusiva posibles.

Como consecuencia de nuestro interés por llevar la ciencia a muchos de esos “colectivos olvidados” por la divulgación, hemos llamado a muchas puertas, nos hemos entrevistado con infinidad de asociaciones, hemos organizado centenares de actividades y creado diversas herramientas didácticas adaptadas de las que disfrutaban no sólo niños, jóvenes o familias, como suele ser habitual, sino también muchos de esos colectivos que raramente participan en eventos científicos.

Pero, además, durante estos años no hemos querido guardar nuestras experiencias para nosotros mismos, sino que hemos escrito numerosos artículos (Gibaja *et al.* 2019, 2021a, 2021b; Mozota *et al.* 2022), hemos asistido a numerosos congresos, hemos sido invitado a diversas conferencias y hemos organizado cursos donde hemos explicado los objetivos, la metodología, el acercamiento a esos diversos públicos, las herramientas didácticas empleadas y los sistemas de evaluación. A este respecto, queremos resaltar que las revistas *Antrope* y *O Ideário Patrimonial* se han hecho eco siempre de varios de nuestros artículos, siendo una de las primeras plataformas donde dábamos a conocer nuestra forma de divulgar (Gibaja *et al.* 2016, 2018, Higuera & Gibaja 2017, Guzmán *et al.* 2019, Aliseda *et al.* 2022). Por ello, desde estas líneas queremos agradecer a Ana Rosa Cruz y su equipo editorial la confianza que tuvo en nosotros al publicar tales trabajos.

Desde entonces nuestras actividades han viajado desde Barcelona al resto de España e incluso a Roma. Se han ido adaptado a los nuevos colectivos con los que



continuamente íbamos conectando. Y es que no es lo mismo trabajar con un público infantil que con personas afectadas de Alzheimer. Aunque hay un esqueleto común, cada uno tiene unas peculiaridades y capacidades diferentes.

La divulgación nos ha dado, en definitiva, sentido a nuestro trabajo. Partimos del principio de que, en tanto que funcionarios públicos, cuyo sueldo y financiación de proyectos proviene de los impuestos de la ciudadanía, debemos ser capaces de devolverles aquello que conocemos y sobre lo que investigamos. La divulgación no debería ser una opción personal, sino una obligación. Pero para ello los investigadores y profesores universitarios deberían ser formados. En nuestra etapa formativa nos muestran cómo excavar, cómo describir una cerámica, cómo caracterizar una estratigrafía, y, sin embargo, nadie nos enseña cómo llevar esos datos al público académico y no académico, o cómo hacer actividades inclusivas y participativas. Actualmente, son pocos los cursos o másters dedicados a instruir a los estudiantes universitarios en el ámbito de la divulgación. No obstante, son un claro ejemplo de que algo está cambiando en los planes de estudio, en el interés por parte de ciertas universidades y profesores, y, claro está, en el deseo de los estudiantes por matricularse en estas asignaturas. Son los primeros pasos, pero estamos seguros que no serán los últimos.

Y está cambiando también gracias a las nuevas políticas de investigación europeas y nacionales. Ahora no sólo los proyectos de investigación deben tener un programa de impacto social, sino que éste es uno de los aspectos relevantes de la Agenda H20-30.

A este respecto, desde hace años mi centro, el Consejo Superior de Investigaciones Científicas, viene apostando fuerte por llevar la ciencia a la calle, a la ciudadanía. Con ese objetivo se creó la Vicepresidencia Adjunta de Cultura Científica, gracias a la cual se han organizado numerosos eventos y programas de difusión. Esta ha sido y es una oficina fundamental para nuestro trabajo, ya que participamos activamente en alguno de sus



programas y nos ha permitido crear sinergias con otros investigadores provenientes de disciplinas muy diferentes como la Biología, la Astrofísica, la Geología, etc. Y es que la ciencia no debe tener barreras y la inclusión debe ser una prioridad para todos los que nos dedicamos a ella.

En definitiva, nuestro trabajo tiene que salir de las cuatro paredes en las que estamos habitualmente, donde pasamos centenares de horas al año. Tiene que salir a la calle. De lo contrario, los investigadores que somos financiados con dinero público tenemos un futuro muy negro. Todas las personas, sin excepción, deben comprender porque los gobiernos invierten en ciencia. Y no sólo en las investigaciones en cáncer o en el Covid-19, en tanto que pueden afectarles a su salud, sino también en saber si hay vida en un exoplaneta a millones de años luz de la Tierra o porqué desaparecieron los Neandertales hace varios milenios. Para ello, los científicos debemos hacernos ver. Debemos conseguir que los ciudadanos sean actores activos del desarrollo de la ciencia. Debemos concienciarles para que sean los cuidadores de nuestro patrimonio histórico y arquitectónico, amándolo como nosotros lo amamos.

Y en ese camino estamos. Todos somos responsables del futuro de la Ciencia. Cada uno en sus posibilidades y en su ámbito territorial, tanto en las grandes ciudades como en los pequeños pueblos. Como se suele decir, todos tenemos que aportar nuestro granito de arena.

### **Bibliografía**

Aliseda, N., Gibaja, J. F., Mozota, M., Remolins, G. (2022). ¿Cómo mejorar nuestras actividades divulgativas?: Diseño de formularios para conocer la opinión del usuario. *Antrope*, 14: 29-56.



Gibaja, J. F.; Higuera, S.; Borrut, N.; Palomo, A. (2016). La divulgación científica en contextos urbanos: el papel de las asociaciones como medio de transmisión de las actividades y el conocimiento. *O Ideário Patrimonial*, 6: 105-123.

Gibaja, J. F., Cubas, M., Floro, J., González, A., Guzmán, V., Higuera, S., Mazzucco, N., Mozota, M., Nieto, A., Oms, X., Palma, O., Palomo, A., Remolins, G., Valenzuela, S. (2018). Las personas de la Tercera Edad. Unos grandes olvidados por la Divulgación Científica. *O Ideário Patrimonial*, 11: 54-123.

Gibaja, J. F., Mozota, M., Remolins, G. Nieto-Espinet, A., Oms. F. X., Higuera, S., Guzmán, V., Cubas, M., González, A., Mazzucco, N., Palma, O., Valenzuela-Lamas, S. (2019). La divulgación científica en prehistoria llevada a personas con discapacidad intelectual: una experiencia particular. *Pyrenae*, 50 (2): 151-167.

Gibaja, J. F., Remolins, G., Valenzuela-Lamas, S., Higuera, S., Nieto-Espinet, A., Palma, O., González, A., Oms, F. X., Guzmán, V., Cubas, M., Masclans, A., Mozota, M. (2021a). Inclusive archaeology. Scientific outreach among ‘forgotten collectives’ in the streets of Barcelona (Spain). *Journal of Community Archaeology & Heritage*, 8 (3): 160-177.

Gibaja, J. F., Pizzo, A., García-Guerra, E. M., Barrondo, E. M., Mandatori, G., Barahona, M. L., Beolchini, V., Forte, V. (2021b). La divulgación científica en personas con alzhéimer. *The Conversation*. <https://theconversation.com/la-divulgacion-cientifica-en-personas-con-alzheimer-172645>.

Guzmán, V., Gibaja, J. F., Mozota, M., Nieto, A., Valenzuela, S. (2019). ¿Hacemos una correcta divulgación científica en arqueología? *O Ideário Patrimonial*, 12: 20-38.

Higuera, S.; Gibaja, J. F. (2017). El desarrollo de un proyecto de divulgación científica en Barcelona: una visión desde las asociaciones colaboradoras. *Antrope*, 6: 115-125.

Mozota, M., Gibaja, J. F., Remolins, G. (2022). *Guía de divulgación científica*. E-Ditarx



## **Castanheira de Pera. Discursos sobre os Patrimónios**

## **Castanheira de Pera. Discourses on the Heritage(s)**

**António Henriques**

Presidente da Câmara Municipal  
Praça Visconde de Castanheira de Pera  
3280-017 Castanheira de Pera  
[presidente@cm-castanheiradepera.pt](mailto:presidente@cm-castanheiradepera.pt)

Castanheira de Pera é um estimulante estudo-de-caso na abordagem das múltiplas valências do Património. A Serra da Lousã, que a abraça, e a Ribeira de Pera, que a percorre, são os dois elementos naturais dominantes que configuram a paisagem e moldam o carácter das suas gentes. Recuando no tempo, a indústria de lanifícios (*património industrial*) prosperou a partir da manufatura das lãs, que por sua vez nos remete para a pastorícia e a transumância das reses laníferas nas serranias beirãs (*património paisagístico*), para a tecelagem e o comércio de tecidos, para além da construção dos pisões e outros engenhos ao longo da ribeira, até à eclosão da revolução industrial, movida pela força motriz da roda hidráulica, antes da máquina a vapor.

Em sentido figurado, podemos dizer que, na origem da *cultura* dos lugares, é a *paisagem* que nos cria, veste e alimenta. O *património cultural*, tanto nas suas expressões *materiais* (os monumentos, os engenhos e a arquitetura urbana) como *imateriais* (as artes, as lendas, as tradições e os costumes) aparece, num primeiro momento, indissociável do aproveitamento dos recursos do meio envolvente, em simbiose com a natureza e a paisagem. A transformação das lãs era os rebanhos da serra, a paciência das fiadeiras girando a roca e o fuso, a força rítmica dos homens no correr da lançadeira entre o bater das perchas dos teares e a corrente das águas na levada do pisão. A natureza, a neve armazenada nos poços no alto da serra, depois servida em gelados na corte da capital. A paisagem eram os fartos soutos que deram nome a Castanheira, mais as pedras do chão de xisto na raiz etimológica de Pera – que também pode ser de Peralta como conta a lenda. Porque o nosso património natural é cultura. Está nos passadiços das Quelhas – e na história de pastores e neveiros. É a beleza dos açudes, entre a densa vegetação ripícola e as ruínas do passado fabril ainda recente.

O progresso da indústria têxtil foi o motor do desenvolvimento local – e, também, o fator perturbador do equilíbrio original entre a atividade humana e a natureza. A falência



das fábricas – no processo de desindustrialização inverso – foi o encerrar dramático de um ciclo que significou perda de riqueza, desemprego e esvaziamento demográfico – mas, também, a oportunidade de voltar a contemplar a natureza, através de um novo modelo de desenvolvimento sustentável impulsionado pelo turismo.

Recuperando o incolor cristalino, liberta da poluição das tinturarias têxteis, as águas da ribeira passaram a banhar os turistas veraneantes da Praia das Rocas. Porém, marcadamente sazonal, o turismo não conseguiu revitalizar a depressão profunda da economia local, nem inverter o acentuado declínio demográfico. – *O que fazer?*

É preciso diversificar a atividade económica, atraindo e fixando novas indústrias compatíveis com a valorização do património natural. É preciso melhor combinar *natureza e cultura*, na promoção de um programa de “*turismo o ano todo*”. Partir à redescoberta das belezas da serra, no desenho de novos circuitos pedestres do Coentral ao Santo António da Neve, passando pelos passadiços das Quelhas. Prosseguir a rota do Açudes, que é a salvaguarda do nosso *património cultural*, da memória dos lanifícios à criação do Museu do Barrete. São trilhos, rotas e museus – na criação, homologação ou classificação – de uma *paisagem cultural* em transformação.

E há outras formas de olhar e cuidar dos *Patrimónios*, mesmo quando a História por detrás da história (*storytelling*) nos remeta para um passado enigmático, suspenso no tempo, que desafia a compreensão que temos do espaço que nos rodeia. Adentramos, portanto, nos domínios da Arqueologia, escavando literalmente a memória dos lugares. – Que usos quotidianos ou simbolismos rituais teriam a arte rupestre das pedras com “covichas” (*fossetes*), encontrada na cumeada do sítio da Bragada, para os povos que habitaram aqui há centenas ou milhares de anos? Quem seria esse *outro* que, em épocas remotas, atravessou e habitou estes vales e serranias, cujos vestígios se nos afiguram hoje uma presença estranha?

A narrativa histórica, tal como a perceção que temos da valorização do património – entre o que achamos dever ser salvaguardado, conservado e divulgado como expressão cultural identitária e o que simplesmente abandonamos ao apagamento da memória pela erosão do tempo – não são quadros fixos de uma realidade estática. O discurso flui em função do contexto político, económico, social e cultural, que motiva os decisores políticos e anima os agentes culturais. Por vezes, é o cruzamento de novas provas materiais, de valor científico para a fundamentação do mérito das teses e teorias académicas, que faz navegar o entendimento da história por mares incógnitos. Temos a perfeita noção disso, quando atravessamos a Ponte das Sarnadas – a ribeira bravia das enxurradas de inverno corre serena no verão, mas pouco ou nada sabemos sobre a época e o propósito da construção, que segue pela calçada de granitos para nenhures – ou outra coisa ainda por descobrir. Será uma construção medieval, como sugere o emparelhado tosco dos muros de pedra, enquadrado na paisagem pelas ruínas de um antigo moinho e da levada vinda de um pequeno açude a escassas dezenas de metros a montante; ou, buscando inspiração nos contos e lendas da tradição oral, talvez com outras lentes possam os nossos olhos ali encontrar vestígios da passagem romana – se é que os Romanos por ali passaram! – batendo a região, na prospeção aurífera das margens da ribeira às serranias da Lousã e Açor, a caminho das explorações mineiras da Escádia Grande (Góis). Mas, sem uma história contada pela História, a conservação do património, invisível porque ainda desconhecido e inclassificado, perde a razão de ser!

Outra forma de conservar e divulgar os patrimónios passa pela musealização. É a cultura material dos objetos inertes expostas nas vitrinas dos museus. Bem sabemos, porém, que há mais “cultura” para lá das formas físicas dos objetos – na oralidade dos contos e das lendas, no saber-fazer das artes e ofícios tradicionais, nas expressões performativas dos rituais e das festividades, nas cosmogonias e nos saberes da natureza.



Todas estas manifestações da cultura imaterial – passe o artificialismo da separação entre culturas material e imaterial – são também patrimónios herdados e transmitidos ao longo de gerações, que dão expressão ao sentido de pertença das respetivas comunidades. Há, portanto, uma relação entre património e identidade. Mas, se as pedras dos monumentos e os objetos inertes dos museus são mudos, surdos e frios, apenas dizendo o que queremos contar, em contraponto, a preservação de tais manifestações da cultura imaterial apenas faz sentido enquanto práticas “vivas” – mesmo que a sua atualização ao longo do tempo conduza a novas resignificações, aceites e difundidas pelas comunidades, como acontece aos nossos dias com o fenómeno da *turistificação* relacionado às políticas de *patrimonialização* dos bens e práticas culturais.

Por outro lado, a desmaterialização trazida pelas novas tecnologias aplicadas à digitalização do património oferece inúmeras vantagens, tanto na produção de conteúdos virtuais, em complementaridade ou substituição das coleções de objetos, através de novos modelos interativos abertos à participação do público, como facultam novas abordagens e leituras de padrões e algoritmos relevantes à produção de conhecimento científico. Retornado ao sítio arqueológico da Bragada, questionemos:

– Que sentido fará dispor de uma “cópia” das *pedras das covinhas*, reproduzida em “realidade virtual 3D”, se o Município não dispuser, primeiramente, de recursos para o estudo, conservação e salvaguarda do “original”? Além disso, se a visibilidade dada ao património capitaliza o valor dos objetos, outros riscos e desafios se colocam à sua preservação, que não apenas o desgaste da erosão do tempo: o saque e o vandalismo! E, de imediato, outra questão se nos coloca: – Devemos conservar as *pedras das covinhas* no sítio original ou considerar a transladação para o contexto interpretativo do museu?

Afinal, a enigmática pedra surda, muda e fria continua a ser o testemunho material que nos religa à viva existência humana sem escrita, mas com uma história para desvendar e contar...

Foi com o propósito de melhor conhecer os vestígios do nosso património arqueológico que o Município de Castanheira de Pera teve a honra de convidar a arqueóloga Ana Rosa Cruz (IPT), acompanhada do arqueólogo Marco Valente (ICCIRA), a visitar o nosso território.

Castanheira de Pera, 20 de Julho de 2022



## A Arqueologia é uma Ciência?...

## Is Archaeology a Science?...

**Cândido Ferreira**

Médico, cidadão e escritor

Rua da Barreta 12

2410-248 Casal dos Matos

Leiria

[candido.mferreira@gmail.com](mailto:candido.mferreira@gmail.com)



*- Em abril de 2010, como reação a más práticas da lusa Psiquiatria, subscrevi um reparo semelhante a este na revista oficial da Ordem dos Médicos. Saudado pela generalidade dos meus pares, saldou-se pela censura pública do respetivo Colégio e pelo eclipse de quem o dirigia. Possa também esta “história clínica”, em que advirto para graves “doenças crónicas” que há muito grassam na lusa Arqueologia, merecer idêntica reação.*

Nada que espante a intrusão de um médico por esta “floresta”. Outros, a começar por Leite de Vasconcelos, se interessaram pela frondosa árvore da Arqueologia onde colheram alguns dos seus mais deliciosos frutos. Por mim, numa incessante busca de conhecimentos e de certezas, que marca toda a minha existência, cedo aí deparei com fascinantes ramadas que me permitiram interpretar intrigantes enigmas e, sobretudo, melhor entender a génese e a evolução do pensamento humano.

Ciências diferentes aplicam critérios diversos, mas a essência é comum. A todos os “galhos” da Arqueologia a que ousei trepar, sempre a minha curiosidade buscou suporte em consultas idóneas, fiel aos princípios desenvolvidos pela Humanidade desde Galileu. Tendo tido ainda o privilégio de visitar inúmeros museus e estações arqueológicas, em Portugal e por quase todo o mundo, também optei por contratar especialistas, uns de boa memória e outros para esquecer. Pois não é a pesquisa serena da verdade e a humilde partilha de saberes, a pedra filosofal de qualquer ciência?

A estas experiências, juntei ainda curiosas incursões menos “académicas”, mas igualmente férteis, a antiquários, feiras e leilões onde também vi de tudo: gente culta e honesta a ombrear com usurários e falsários; peças assombrosas e de inquestionável autenticidade a competir com falsificações de encher o olho; e, obviamente, uma miríade de “objetos curiosos não identificados” a merecer melhor atenção e análise e que,



metaforicamente, designei por OCNIS. E mais uma certeza adquiri: uma vez expostos ao público, há artefactos que lembram certas damas de passado sombrio que, ligadas a personalidades de renome, resplandecem virgindade.

Depois de muito palmilhar, e até explorar circuitos de tráfego de antiguidades, ao fim de certo tempo também já detinha conhecimentos em matéria de falsificações, afinal um incontornável capítulo da ciência arqueológica. Enfim, havia ganho o “olho clínico” mínimo para acautelar amigos e, eu próprio, me abalançar a aquisições de menor risco do que “cripto-aplicações menos eruditas”, em que alguns insistem. Investimento seguro este, em peças antigas ou obras de arte, que raramente se perde e, ainda assim, quase só em instituições ou em contexto familiar. Até porque as transações são demasiado arriscadas e não se adquire a posse por usucapião.

Buscando não incorrer em ilegalidades, desde o início que me dei ao cuidado de contactar a PJ, relação que culminou num estranho convite para um encontro no Museu Nacional de Arte Antiga. Aí, para minha surpresa, fui chamado a integrar uma “equipa de peritos” destinada a opinar sobre uma coleção suspeita e que bem conhecia, por estar à venda. Arrasadas aí, por mim, largas centenas de peças falsas, o “tesouro” só não foi arrestando por vazio legal. Meses depois, e sob a chancela de abalizados especialistas da nossa praça, seria adquirido pelo BPN pela módica quantia de cinco milhões de euros. Investigada e confirmada a fraude, o processo ainda corre... ou deveria correr. Em jeito de rodapé, deixo outra noção básica: na complexa “indústria das falsificações”, a certificação é a componente menos arriscada e mais frutuosa. Aqui ou ali, por mais ou menos, qualquer “plebeu” consegue obter “cartas nobiliárquicas”.

Já sobre a “bondade” das minhas investidas pela Arqueologia, resta acrescentar que quase todos os artefactos que juntei se encontram em arrastado processo de doação ao Museu de Arte e Coleccionismo de Cantanhede, a única Instituição que solidamente se

mostrou disponível para receber as novecentas mil peças de coleções várias, que reuni, estudei e cataloguei ao longo da minha vida.

Percorrida uma desgastante maratona para devolver este acervo ao povo português, “pessoa coletiva” que sempre considerei como seu “legítimo proprietário”, outra convicção firmei: é fácil “negociar” com entidades públicas, quando os projetos perspetivam apoios partilháveis; já doar, dar sob estreito controlo e sem interesses de permeio, constitui tarefa bem mais difícil com personagens e instituições insuspeitas a alimentar sinuosas expectativas durante anos, até caírem em silêncios comprometedores ou mesmo em desconsiderações. Remato mais esta firme convicção, adiantando que, durante décadas, só um alto dignitário de um dos Governos, Luís Castro Mendes de seu honrado nome, se dignou a receber-me. Curiosamente, dias depois seria despedido em condições humilhantes e sem poder retribuir a visita que comigo agendara.

Contra ventos e marés, ainda assim almejei desencadear perícias oficiais, unânimes em rotular tal espólio como “eclético” e de “grande interesse público”. E, ao contrário do esperado, ninguém pestanejou diante de centenas de artefactos antigos que, sem histórias bem documentadas ou testes fidedignos, até podem legitimar naturais dúvidas. Ponto assente, a Arqueologia é mesmo assim: um nebuloso espaço que encaixa peças inequivocamente verdadeiras com falsificações indestrinçáveis, junto com recriações quase perfeitas e outras que, de grosseiras, até “afligem”. Neste registo, e para alertar contra fraudes, reuni mesmo um pequeno lote de peças falsas: algumas adquiridas de propósito, para demonstração; outras por ignorância ou na lufa-lufa de transações suspeitas, a baixo preço. Ninguém diga que dessa água não bebe...

Posto isto, centremo-nos na questão principal, que é a preservação e estudo de um património singular e que bem patenteia a diversidade e genialidade dos povos que habitaram o território, a que hoje chamamos Portugal. Sem dúvida que, em matéria



arqueológica, o nosso país possui um dos “filões” mais ricos do mundo, suplantando até famosas civilizações. Nem podia deixar de ser assim: uma orografia única que permitiu abrigos seguros, um clima de eleição, o confinamento imposto pelo oceano e a fraca concorrência de espécies selvagens facilitaram rotas e povoamentos estáveis, que aqui deixaram marcas indeléveis.

Mas como pode um “curioso” defender tal tese se, desde há décadas, e para além do “Menino do Lapedo”, das “Gravuras de Foz-do-Côa” e de pegadas de dinossauros, que também não têm pernas para andar, pouco ou nada de relevante aparece? A prova está à vista, bastando atentar num programa que recentemente passou na RTP 2, que exibiu uma fabulosa coleção de ouro celta oriunda de Portugal e propriedade de um antiquário londrino. Guiado pelo estudioso João Fiandeiro, um operador turístico que se dedica à arte e cultura, até foram revelados os castrejos onde tais relíquias do nosso passado foram recolhidas.

Restam, assim, incontornáveis perguntas: Quem dá nota de qualquer achado significativo de ouro, em Portugal, nas últimas décadas? Desde Leite de Vasconcelos, alguém de boa-fé pode negar que a nossa Arqueologia avançou sem critérios firmes e, não raro, à mercê de “pilha-galinhas”? E não é público e notório que inúmeras preciosidades “voaram” dos nossos arquivos e museus, enquanto outras, pertencentes a coleções privadas e nunca alvo de registo, também surgem em certames internacionais?

Mas mais “excentricidades” merecem a nossa atenção, estas resultantes de uma legislação desajustada que, plasmada da lei francesa, declara como pertença do Estado qualquer novo achado. Nesse país, passe a forte regulamentação e a vigilância exercida, os efeitos foram desastrosos com a minúscula Bélgica a registar, a partir daí, muito mais novos artefactos do que toda a grande Gália. Em Portugal, sem regulamentação clara e perante uma “filtragem” discricionária, tanto “patriotismo” até facilitou a vida a muito

“mandachuva” que, de despoticamente e por tempo indeterminado, dita o futuro de qualquer escavação onde possa ser detetado algo “esquisito”.

E só duas opções restam a quem calhar tão triste “sina”: ou se cala, destrói tudo e prossegue com as obras em curso; ou, a encontrar algo apetecível, toma discretamente “conta da ocorrência” e, por norma, cede o “material” clandestino a redes de tráfico, sobretudo orientadas para Espanha. E mais duas “extravagâncias” atesto: consideradas imitações em Elvas, as peças logo ganham autenticidade em Badajoz; e desvalorizadas em Portugal, não raro atingem preços astronómicos nos mercados internacionais.

Permitam-me ainda que levante mais alguma “areia”, porque é “praia” que há muito frequente. Paralela à inevitável “garimpagem clandestina”, também a exploração arqueológica oficial desenvolveu uma cultura de saque a que raros investigadores escapam: uns como beneficiários e outros como vítimas. Basta reconhecer que desde sempre a cargo de estudantes universitários, e sob a égide de mestres credíveis, também esta atividade degenerou em negócio, hoje na mira de várias empresas dirigidas por quem as certifica e, ao mesmo tempo, promove, aprova e controla a execução dos contratos públicos.

Perante um quadro tão “cristalino”, como não podia descambar esta florescente atividade? Se só muros e tumbas vazias são encontradas, as “empreitadas” prolongam-se quanto basta para tirar rendimento. Se se detetam “cacos”, eis uma boa oportunidade para reforçar currículos e alimentar a “indústria dos restauros” que igualmente tem direito à vida. Mas se, por acaso, afloram “boas peças”, corre que algumas, prontamente ocultadas e saqueadas depois, desaparecem ainda mais lestras do que no Iraque e Síria.

E assim se vivia na paz dos anjos, em Portugal, até chegar a Covid-19 que induziu muitos privados a desfazerem-se de bens tangíveis, ao mesmo tempo que dificultava os esquemas de venda e de exportação precariamente instalados. “Desregulado” o mercado,



não admira que, de súbito, tenham surgido peças de rara qualidade e a preços irrisórios, alegadamente oriundas de coleções privadas. Nada que surpreenda, porque outra asserção garanto: fruto das práticas arrevesadas, que há muito se arrastam no nosso país, estes acervos nunca foram inventariados e estudados, sendo até alvo de ameaça por parte de gente que, desinteressada do serviço público, prefere “nadar” em águas turvas.

Por estas e outras salutares razões, em 2021 entendi publicar, em “Duas Linhas”, vários textos com fotos de algumas dessas peças que naturalmente despertam a curiosidade de qualquer investigador: umas por, inequivocamente autênticas, abrirem caminho a novos estudos e interpretações; outras porque, ainda que possam ser classificadas produções de ignotos artistas amadores locais, merecem figurar entre o que de mais criativo e genial existe no mundo das falsificações.

Tal iniciativa mereceu partilhas e obteve milhares de visualizações, tendo sido colocadas pertinentes questões a partir de Espanha e Brasil, país de onde continuo a receber dezenas de mensagens e até inesperados convites para integrar academias. Já no que toca ao nosso Portugal, e no meio de uma onda de simpatia, logo fui alvo de comentários “esdrúxulos”: alguns, a pôr em causa competências que nunca reivindiquei; e outros com despuadoras tentativas de assassínio de caráter, muito comuns na Internet. Mas algo mais de muito estranho ocorreu, ao ver-me mimoseado por “bitaites” sem qualquer sustentabilidade técnico-científica, subscritos por “pessoal” ligado à nossa Arqueologia. Até se cair num total silêncio, quem sabe se devido a muito “boa gente” me dar razão ou à consistência e dureza das minhas trélicas?

Procurando alimentar um debate que “sabidamente” se esgotou, entendi então anunciar um achado de milhares de peças do paleolítico mais remoto, resgatado por amadores contra uma burocracia administrativa e “científica”, claramente mais interessada em defender explorações de areias no Rio Liz. À época, a solicitada



“autópsia” a essa estação arqueológica foi energicamente sacudida e, até hoje, nunca os “salvados”, ainda que fora do seu contexto, foram alvo de um verdadeiro estudo técnico.

Práticas deploráveis da nossa ciência arqueológica, sobretudo por que, pela sua profusão, toda a “mostra” rivaliza com o que de melhor é conhecido, sugerindo até a existência de uma “oficina” com centenas de milhares de anos de ocupação, hipótese que, a confirmar-se, seria única no mundo. Além de, pela composição e morfologia das peças, também tudo aponta para um povoamento da Ibéria através do Estreito de Gibraltar, e não a partir do Cáucaso, tese hoje já sugerida por arqueólogos espanhóis com base em achados bem mais modestos.

Mas como entender que tão diversas entidades públicas, avessas à sua obrigação de proteger o património, tenham sacudido e ameaçado quem alerta para o cumprimento de deveres elementares? O “enredo” parece esclarecido se se atentar que, em flagrante associação de interesses, os regulamentos em vigor, nessa e em muitas outras autarquias, obrigam alguns proprietários de edifícios antigos a despender elevados recursos na contratação de arqueólogos, ainda que para obras sem qualquer escavação.

Mas mais surpresas me estavam reservadas nesta viagem pelo absurdo. Apesar da recomendação de gente de indiscutível mérito, como os Professores José D’Encarnação e Fernando António Batista Pereira, nenhuma “autoridade” da arqueologia portuguesa se dignou a corresponder aos insistentes convites para visitar algumas dessas coleções. Recebido com simpatia, invariavelmente vi declinados tais desafios pouco depois: o mais das vezes por motivos pífios e outros até de forma abrupta e deselegante. Como é possível que tal ocorra entre elites de um país que até organiza eventos de projeção internacional, em aposta na investigação e ciência?

Recentemente, e perante um bom lote que, embora sem grande expressão artística, foi encontrado numa gruta junto à foz do Rio Zêzere, a minha curiosidade não resistiu a



pesquisar as chamadas deusas-mãe. O resultado dessa digressão foi espantoso, ao confrontar-me com uma “pandemia” destas peças encontradas desde o Cáucaso aos Pirenéus e da Irlanda à Itália. Imune a esses “vírus”, apenas “resiste” a Península Ibérica onde, sem certificação oficial, tudo o que aparece é considerado falso. Uma constatação que nos conduz a novas especulações: ou ninguém merece crédito internacional para certificar estes correntes artefactos; ou, ao contrário do que aconteceu com a Covid-19, por aqui triunfaram as “teses negacionistas”.

Tendo desenvolvido uma carreira profissional projetada para o melhor, e que também obtive reconhecimento na área da investigação, perdi muito tempo e energia a visitar “santuários” médicos de onde nada retirei. Curiosidade pessoal que, alargada à Arqueologia, me levou também a percorrer milhares de milhas atrás da “senhora do engano”, para analisar peças que, por vezes, nem oferecidas as queria. No entanto, algumas diferenças registei entre a medicina e a arqueologia: nesta área, ao contrário da ciência médica, confirmei a existência de “sumidades” capazes de opinar sobre matérias complicadas e passar “atestados”, sem qualquer exame complementar ou mesmo a simples observação dos “doentes”. Em puros exercícios de “tele-arqueologia”, até vi quem se regozijasse com a indiscutível autenticidade de certas peças, para, na manhã seguinte, voltar atrás e recusar todo e qualquer futuro contato.

Destes meus “choques” com a arqueologia nacional, retenho testemunhos e esdrúxulos registos que em nada abonam sobre práticas que devem assentar na seriedade intelectual, na ausência de conflitos de interesses e numa total transparência. Uma “coleção” bem documentada e que bem poderia dispensar, até por levantar suspeições sobre a prevalência de um “vírus” silencioso, contra o qual não dispomos de “vacina” a curto prazo. Refiro-me à crescente corrosão de costumes, “pandemia” que, hoje, contamina muita da prática científica à esfera global.



Recomendam a ética e o bom senso que o primeiro axioma do “juramento”, que rege a ciência arqueológica, “decrete” que qualquer artefato, encontrado fora do seu contexto, seja considerado falso ou duvidoso até evidência em contrário. Depois das experiências por que passei, atrevo-me a juntar: Parágrafo único: O mesmo princípio se aplica aos arqueólogos.

Será que depois desta claríssima análise, a nata dos arqueólogos nacionais, na sua grande maioria dotada de consistentes valores éticos e de raras qualificações, não concorda? Será que não sente a necessidade de criar uma forte organização de classe, que possa promover a urgente renovação de muitas das práticas atuais, única forma de afirmar a Arqueologia Portuguesa enquanto ciência credível?



## **Um ideário em quatro andamentos**

### **An ideal in four movements**

**Luiz Oosterbeek**

Instituto Politécnico de Tomar

[loost@ipt.pt](mailto:loost@ipt.pt)



A noção de património cultural nas sociedades atuais começa por ser uma percepção: a de que existem testemunhos de momentos do passado que serão relevantes para o presente, pelas mais diversas razões, desde a sua qualidade estética ou valor memorial, até à sua profundidade histórica. Essa percepção gera um sentimento de identificação que pode conduzir à associação de alguns desses vestígios aos mitos identitários de raiz etnocêntrica (os patrimónios locais e nacionais) ou antropocêntrica (o património mundial). Este primeiro andamento da construção de uma noção de património configura, assim, um roteiro para interpretar percursos ou entender o mundo e as paisagens, a sua génese e, eventualmente, o seu devir. Em torno dele se preservam e colecionam algumas coisas, se abandonam outras e se ignoram muitas mais. Os brinquedos de infância que alguns adolescentes começam a guardar, as fotografias e objetos que foram de antepassados e adornam as casas de muitos de nós são os primeiros passos desta noção e da sua materialização.

Num segundo andamento, a noção individualmente percecionada inscreve-se na teia das relações sociais e nas intersubjetividades que a caracterizam. Este é, porventura, o processo mais interessante na construção do património cultural, pois, dado que as opções de valor que lhe serão atribuídas dependem das noções, mais amplas e fundamentais, de espaço, tempo e causalidade, também assim a valorização patrimonial tenderá a eleger eixos distintos, consoante as escalas de reflexão espaciotemporal dos seus autores. E, num quadro de interação social, começam aqui a confrontar-se entendimentos distintos sobre o que tem, ou não, relevância no espaço público, na antropização do território, na definição do sentido e identidade do coletivo... numa palavra, sobre a natureza e dinâmica das paisagens culturais. A preservação e a coleção estão, neste quadro, condicionadas pelos mecanismos de negociação na sociedade: entre os que possuem mais ou menos recursos, os que têm mais ou menos poder, os que



estudaram mais ou menos, os que tiveram experiências de vida mais ou menos diversificadas... Sobretudo com a modernidade e a noção de museu não como coleção de antiguidades mas como espaço de formação cívica, o património cultural das sociedades é um processo de co-construção, em que certamente se verifica a influência dos “príncipes” e dos “especialistas”, mas em que o condicionamento social global é cada vez mais forte, num quadro de produção participativa, transdisciplinar, de conhecimento.

O património assim socialmente construído, incluindo estátuas, sítios arqueológicos, coleções de museus, palácios, locais de memória, etc., é a dimensão do território que, maioritariamente, as sociedades não aceitam mudar, para que tudo o mais possa mudar sem que elas percam um sentido de continuidade identitária. Neste terceiro andamento, de transformação das paisagens, o património é o invariante a conservar, sem o qual a perceção global será a de rutura com o passado. Por isso, também, os processos revolucionários destroem ícones patrimoniais de períodos com os quais pretendem romper, desde as formas mais circunscritas à vandalização da estatuária (que é o mecanismo mais difundido de rutura simbólica), até às destruições mais profundas de conventos na Revolução Francesa, de sítios arqueológicos pelo estado islâmico e, abraçando o expoente máximo da integração entre material e intangível, a queima nazi de livros ou a proibição talibã da música.

O quarto e último andamento é, na esteira das transformações sociais, a contradição e o conflito entre paisagens culturais, ou seja, entre visões de mundo opostas, em momentos de transição sistémica. É neste momento que a noção de património se ergue à condição de conceito, buscando uma teorização que a perenize e inscreva nessa, ainda que relativa, visão de mundo. O património assume-se, então, como um terreno de disputa entre escalas de tempo e espaço distintas: umas mais prudentes e resistentes à

transformação, outras mais amplas e abertas à incerteza. Esse é o momento em que hoje vivemos, com a disputa crescente entre o património memorialista (ego e etnocentrado) e o património histórico (racional, abstrato e antro-po-geo-centrado). O património da memória não é o da história: é mais curto (tal como a memória), mais débil (menos aberto à integração da diversidade, reduzindo-a à aritmética dos corpos isolados) e mais violento (menos disposto a reconhecer o “outro” como parte da sua própria identidade humana). Nos momentos de grande transformação, estas duas tendências tendem a exprimir-se: Dostoievski deveria, ou não, inscrever-se na identidade socialista emergente da revolução russa de 1917 – interrogavam-se, divergindo entre si, alguns dos seus protagonistas.

A revista *O Ideário Patrimonial* que a Doutora Ana Cruz fundou e assegurou de forma tão regular e persistente, buscou, e creio que em muitas contribuições conseguiu, a difícil convergência entre os distintos entendimentos do património, promovendo uma noção e um ideal humanista que, estou convencido, é o que poderá contribuir para uma transição menos dolorosa neste século XXI. A ela dedico esta breve reflexão.



## **O Património na corda bamba, entre perdidos e achados**

## **Heritage on a tightrope, between lost and found**

Vasco Gil Mantas

Prof. aposentado da Universidade de Coimbra

[vsmantas@gmail.com](mailto:vsmantas@gmail.com)

Vivemos tempos perturbados, propícios ao uso de palavras dúbias ou de sentido pervertido, transmissoras de mensagens de tipo publicitário, quase sempre eficientes perante a atitude acrítica da maioria dos receptores. Entre as palavras que mais comumente se ouvem ou lêem, enquanto houver leitores, Património ocorre, a propósito de tudo e de quase nada, com impertinente frequência. Porque o primeiro problema que se levanta neste caso, num mundo de ocidentais convencimentos, agora abalado por tão graves como inesperadas surpresas depois de adormecido por novos mitos, é tentar compreender sobre que se fala quando se fala de Património, dividido por múltiplas categorias materiais e imateriais, classificadas ou não.

Deixem-me socorrer de uma história contada por André Malraux, homem de acção e de palavras, como o velho Odisseu de Homero, herói que, não senhor, não fundou Lisboa, mas cuja historieta também pode e deve ser considerada Património. Mas passemos ao que escreveu Malraux, no seu livro *A Esperança*. Em determinada altura da Guerra Civil espanhola do século passado um grupo de combatentes republicanos ocupa uma igreja num qualquer *Pueblo*. Como tantas vezes aconteceu, uma parte dos militantes queria destruir as imagens, símbolos de um mundo a eliminar, ao que outros se opuseram, alegando a qualidade da obra realizada pelo esforço e arte de desconhecidos trabalhadores, com quem se identificavam. Ora bem, sem o dizer expressamente, Malraux definiu muito bem Património como algo que se recebe, que pertence à comunidade, é intemporal e ultrapassa sectarismos ou simples modismos, não menos perigosos.

Falemos, pois, de Património Arqueológico, deixando os muitos outros, afinal partes de um todo que definem o que somos através do que fomos, ou cremos ter sido. Depois do fogo de palha motivado pelo que se considerou o *poder da Arqueologia* face ao projecto de construção da Barragem do Côa, já pouco eficiente, em relação a outra barragem, a de Alqueva, a Arqueologia portuguesa foi vivendo com altos e baixos,



assistindo à criação e extinção de estruturas específicas, entre as quais os Serviços Regionais de Arqueologia tiveram relevante acção, antes de o Instituto Português de Arqueologia prometer um futuro não cumprido. A nível dos Museus, onde a falta de pessoal é doença crónica, apesar de notáveis progressos, que poderiam ter dispensado o novo Museu dos Coches, a verdade é que o Museu Nacional de Arqueologia não vai ser dotado de um novo edifício, como se desejaria, embora as obras em curso, no âmbito do Plano de Resiliência e Recuperação, possam melhorar a situação. E em relação ao pessoal não será de começar a acautelar a vaga de vandalismos que se tem abatido sobre obras de arte, em museus e em espaços públicos em nome da novel cruzada ambiental?

Prepara agora o Estado, pretextando economias, uma transferência massiva das competências das Direcções Regionais de Cultura para as Autarquias, já de si sobrecarregadas e limitadas em meios, o que não deixa de me suscitar reticências e, ainda, preocupações. Tenho boas memórias de colaborações de vários tipos com entidades municipais, mas também sei por experiência própria que basta uma mudança de autarcas para se perderem projectos de interesse indiscutível, alguns com tradição e qualidade. É certo que boa parte dos projectos de Arqueologia desenvolvidos nos últimos anos em Portugal, em terra e no mar, onde o CNANS continua a desesperar por meios que deviam estar à altura da propalada *importância do mar*, contaram com apoios camarários, ainda que nem sempre por motivações estritamente científicas. No cenário presente continuaremos a contar com tais apoios?

Que muito desse trabalho se pode perder rapidamente prova-o, por exemplo, o desaparecimento de revistas como a *Ibn Maruán*, a *Vialibus* ou o *Arquivo de Beja*, e isto apenas no Alentejo. Noutros casos, museus municipais com boas condições e provas dadas de difusão cultural, mesmo em áreas *difíceis*, vão estiolando por desinteresse de responsáveis passageiros. Por todo o lado se vai estabelecendo um princípio apresentado

como pragmatismo realista mas que não passa, na maior parte das vezes, da estimada pouca rendibilidade política ou económica de actividades arqueológicas. Por esse mesmo pragmatismo primário se assiste, sem intervenção eficiente pelas autoridades de tutela, a culturas intensivas, com graves consequências sobre património arqueológico, mesmo já conhecido. Nestes casos, bem conhecidos e ubíquos, a ecologia passa imediatamente a segundo plano. E não voltaremos, num futuro breve, à questão do Côa, onde a verdadeira questão nunca foi realmente equacionada, ou seja, a água?

Mas os problemas estendem-se a outros horizontes, por vezes impensáveis anos atrás, como é a discutível questão da devolução ao estrangeiro de materiais arqueológicos ou etnológicos existentes nos museus estatais ou municipais, pois nos privados não se toca, naturalmente. Não será o momento, aproveitando as intervenções já publicitadas de alguns responsáveis na área, de definir uma política clara da tutela face a este problema, que em muitos países está a levantar polémicas acerbadas? A Alemanha devolveu à Namíbia, onde se eclipsou o espólio da nau portuguesa de Oranjemund, um dos padrões de Diogo Cão. Temos outro, na Sociedade de Geografia, oferecido pelo *Kaiser* Guilherme II, onde esperamos que continue. Tem isto sentido? Esta questão levar-nos-ia a outro problema, que é o do controlo da venda de antiguidades, sempre difícil e que exige o reforço da vigilância, o mesmo para escavações clandestinas e o uso e abuso de detectores de metais. Sanções, coimas, quantas vezes? E que dizer das taxas e dos condicionalismos impostos a quem necessite, para um trabalho *pro bono*, de fotografias de peças dos acervos?

A prática arqueológica sofre, como acontece naturalmente com as Ciências Humanas, a pressão contínua do ambiente sociopolítico, seja ele qual for. A razão é simples e relaciona-se com a carga histórica destas ciências e a História de hoje pode não ser a de amanhã. Claro que me parece difícil separar a Arqueologia das Humanidades,



aliás defendo que deve associar-se à História Antiga, e uma transferência para uma tutela mais tecnológica, talvez apetecível atendendo à complexidade crescente da metodologia, não deixaria de produzir perturbações. No nosso país passou-se da fotografia aérea para as imagens de satélite e da sondagem para a prospecção geofísica que, embora ensaiada há décadas, continua a viver de equipas estrangeiras. Tudo lento, pontual e com pouca ligação entre entidades. Agora estamos na era do Drone e do GPS, instrumentos úteis, mas que, como outros, não dispensam a erudição, esmagada por uma parafernália de engenhocas. Durante décadas, pelo menos até ao final dos anos 70 do século passado, quando me iniciei nas lides académicas com ilusões que já não devia ter mas que eram aceitáveis atendendo ao ambiente da época, os arqueólogos eram poucos, conheciam-se todos uns aos outros e pertenciam, na maioria, a entidades estatais, com especial destaque para a Universidade. E depois?

Houve uma explosão da Arqueologia através das Universidades, surgindo uma multidão de aspirantes a arqueólogos que só dificilmente encontrarão possibilidade de concretizar as suas expectativas, a não ser nas Autarquias, Fundações e Empresas. Estas últimas, essência da muito discutida Arqueologia empresarial ou de encomenda, têm sido a cavalo das grandes obras públicas e da obrigatoriedade de estudos de impacto, que se vão aligeirando, o escape para a proliferação de arqueólogos que se verificou. Não faltam críticas a esta arqueologia, umas justas, outras menos justas, atribuindo-se-lhe a implementação, dado que o objectivo é edificar alguma coisa no local da escavação, não a busca de vestígios arqueológicos, do conceito de conservação pelo registo, prática que vai contaminando o pensamento arqueológico actual. E a disponibilização pública dos resultados de muitas destas escavações? Temos as ruínas de Palmira exaustivamente registadas e publicadas, mas isso supre o que foi destruído? E com o desenvolvimento, certamente muito útil, do audiovisual não estaremos, a breve trecho, face à realização do

*Museu Imaginário* de Malraux, para voltar ao intelectual a quem não faltavam ideias sobre a arqueologia, inclusive sobre a dita colonial.

A polémica que se desenvolve a propósito dos restos da Mesquita sob a Sé de Lisboa é um excelente exemplo demonstrativo deste dilema, que provavelmente nem se colocaria nos anos 50 do século passado, o que, desde logo, obriga a considerar que houve progressos. Mas aqui deparamos com outro problema quando os arqueólogos mergulham no limbo das requalificações, onde são nitidamente ultrapassados pelos autores dos projectos. Não faltam exemplos nacionais de desastrosas requalificações ou pretendidas como tais. A permanente preocupação com a rendibilidade disto e daquilo e do bonitinho turístico, normalmente sinónimo de pastichos, tornou-se uma regra dogmática, como se a Cultura se limitasse um artigo de consumo numa sociedade onde impera o princípio do *diz-me o que consumes e dir-te-ei quem és*. Nada disto é científico, e os arqueólogos sabem-no, mas não sei se a criação de sindicatos ou ordens alterará alguma coisa, o mesmo para um falado e nunca visto Conselho Superior da Arqueologia, de âmbito estatal. Serão os arqueólogos ouvidos pelas tutelas? Deve a Cultura ser entendida como um bem sujeito às leis da oferta e da procura, onde tudo se compra e tudo se vende?

A Universidade sofreu com o envelhecimento inelutável do corpo docente, em renovação atempada, prejudicando fatalmente a continuação de escolas e o futuro de áreas de investigação bem estabelecidas. O choque de Bolonha, com a multiplicação nem sempre equilibrada do elenco de cadeiras, a falta de meios para práticas de campo integradas, menos dependentes de Projectos financiados e filtrados pelo Estado ou por outros, a redução da publicação de revistas, garantes de intercâmbios, insubstituíveis para manter bibliotecas que se vão desactualizando, uma carga burocrática inconcebível, a que se alia, por vezes, uma visão regionalista redutora, constituem realidades difíceis do nosso tempo. Existiu, em tempos, uma Comissão Interuniversitária de Arqueologia, com uma



função de consultadoria importante. Onde está ela? Vivemos um tempo de equilíbrios instáveis, daqueles em que uns se encontram e outros se perdem. Não será altura de reivindicar a Arqueologia para os arqueólogos?

